

*Região Administrativa  
Central*



**O ESTADO DOS MUNICÍPIOS 1997-2000**  
Índice Paulista de Responsabilidade Social



**Mesa Diretora da Assembléia  
Legislativa do Estado de São Paulo**

**Presidente**

Deputado Sidney Beraldo

**1º Secretário**

Deputado Emidio de Souza

**2º Secretário**

Deputado José Caldini Crespo

**1º Vice-Presidente**

Deputado Roque Barbieri

**2º Vice-Presidente**

Deputado Ary Fossen

**3º Secretário**

Deputado Marquinho Tortorello

**4º Secretário**

Deputada Maria Lúcia Prandi

## UMA FERRAMENTA PARA PLANEJAR O DESENVOLVIMENTO DO NOSSO ESTADO

Conhecer melhor para decidir corretamente. É com esse propósito que a Assembléia Legislativa contratou a Fundação Seade para elaborar o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, uma radiografia da qualidade de vida em todos os 645 municípios do Estado de São Paulo.

A decisão de elaborar este levantamento remonta aos debates do *Fórum São Paulo Século XXI*, iniciativa do então presidente da Assembléia Legislativa, deputado Vanderlei Macris, e consumada com a aprovação da Lei nº 10.765, de 19 de fevereiro de 2001, que criou o IPRS, capacitando o Poder Legislativo para avaliar de forma consistente as performances das políticas públicas governamentais implementadas.

Nessa perspectiva, a elaboração, a disponibilização dos resultados, a disseminação e o incentivo ao uso do IPRS, por parte dos mais diferentes atores públicos e privados do Estado de São Paulo, através de iniciativas conduzidas pela Assembléia Legislativa, resultam numa ferramenta de enorme valia para que sejam mais bem identificados e qualificados os desafios colocados aos governos e à sociedade com vistas à promoção do desenvolvimento com face humana, em que os frutos do crescimento econômico e da expansão das atividades produtivas, ao lado da decorrente ampliação das fontes de financiamento dos gastos públicos, estejam a serviço da melhoria permanente das condições de vida da população, notadamente daqueles grupos mais vulneráveis e menos incluídos social e economicamente.

Ao divulgar a versão do IPRS atualizada com os dados censitários de 2000, a Assembléia Legislativa deixa evidente qual desenvolvimento estará sendo tratado e promovido, subordinando-o à melhoria estrutural e permanente das condições de vida da população e, assim, sendo capaz de produzir, como consequência, a continuada evolução positiva daqueles indicadores que possibilitam aferir, com acuidade e precisão, os avanços da qualidade de vida que se deseja ver materializados e que o IPRS estará comprovando.

É particularmente relevante chamar atenção para o fato de que a metodologia adotada para a construção e cálculo do IPRS, ao lado de permitir análises e comparações análogas àquelas proporcionadas pelo IDH, possibilita ir além disso, porque trabalha com um conjunto mais amplo de variáveis associadas às condições de vida das pessoas, que melhor explicam e caracterizam a situação do desenvolvimento humano nos municípios e regiões do Estado. O índice permite a elaboração de diagnósticos e o desenho de diretrizes e ações, tanto no âmbito das políticas públicas, quanto daquelas iniciativas que deveriam ser adotadas pelo setor privado, a partir de estímulos e mecanismos de indução ou apoio; além, é claro, do que possa ser promovido pelas mais diferentes organizações da sociedade civil, em seu compromisso com a melhoria das condições de vida.

Com efeito, o IPRS também serve de emulador às boas práticas administrativas e de governança, pois dota os municípios do Estado de indicadores objetivos que demonstram quais esforços devem ser empreendidos para melhorar a qualidade de vida da população em geral.

Diante dos cenários socioeconômicos que podem ser construídos a partir do IPRS, a população e as lideranças locais e regionais, em cada parte do território paulista, poderão debater e estabelecer iniciativas e metas a serem desencadeadas e perseguidas, com vistas à construção dos caminhos em direção ao desenvolvimento econômico sustentado, que possam resultar, ao mesmo tempo, em melhorias concretas das condições de vida, expressas pela obtenção de medidas do IPRS que reflitam objetivamente tais avanços.

Deputado Sidney Beraldo,  
**Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**

Deputado Emidio de Souza  
**1º Secretário**

Deputado José Caldini Crespo  
**2º Secretário**



**Governador do Estado**

Geraldo Alckmin

**Vice-Governador**

Cláudio Lembo

**Secretário de Economia e Planejamento**

Andrea Sandro Calabi

**SEADE**

Fundação Sistema Estadual  
de Análise de Dados

**Diretora Executiva**

Felícia Reicher Madeira – interina

**Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro**

Marcos Martins Paulino

**Diretora Adjunta de Análise Socioeconômica**

Ana Celeste de Alvarenga Cruz – respondendo pelo expediente

**Diretora Adjunta de Produção de Dados**

Maria Cecília Comegno – respondendo pelo expediente

**Chefia de Gabinete**

José Max Reis Alves

**Conselho de Curadores**

Andrea Sandro Calabi (Presidente)

Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi

Carlos Antonio Luque

Hélio Nogueira da Cruz

Luiz Antonio Vane

Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira

Maria Fátima Pacheco Jordão

Neide Saraceni Hahn

Ruben Cesar Keinert

**Conselho Fiscal**

Eunice Barboza Machado

Fábio Alonso

Ironice da Rocha Silva

## SÃO PAULO SOB UMA NOVA VISÃO

Um raro e ambicioso empreendimento. Talvez seja essa a melhor qualificação de *O Estado dos Municípios*, que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio de contrato com a Fundação Seade, oferece à sociedade e àqueles que definem políticas e ações sociais.

Trata-se de extensa análise da situação socioeconômica de cada um dos 645 municípios paulistas, realizada por meio das informações do IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social. Espera-se com isso contribuir tanto para o aprimoramento da formulação de políticas públicas e da definição de metas e prioridades, quanto para o acompanhamento da evolução de seus resultados, decisivo para construção de consensos e para avaliação da ação do poder público e dos agentes sociais.

Desdobramento do IPRS, proposto nos debates do *Fórum São Paulo Século XXI*, o IPRS-2000, além de um relatório técnico que descreve a elaboração do índice, gerou a presente publicação, para tornar mais fácil o emprego de suas informações. Abre-se, assim, uma grande vertente para a produção de análises municipais e regionais, permitindo comparações entre a situação e o desempenho dos diferentes municípios paulistas, por meio dos indicadores das três dimensões do IPRS: riqueza, longevidade e escolaridade. Além disso, o acesso às variáveis que compõem aqueles indicadores permite estabelecer relações entre si, criando outras possibilidades para a compreensão de diferentes fenômenos econômicos e sociais e suas inter-relações.

São inúmeros os exemplos das potencialidades de uso dessas informações: desde o desvendamento de padrões específicos do desempenho econômico e social dos municípios, até a identificação de situações surpreendentes, como o fato de Pedrinhas Paulista, um município de pequeno porte, ser o único classificado no Grupo 1 do IPRS, na Região Administrativa de Marília, ou, ainda na mesma região, a classificação de Oscar Bressane, que ocupa o 1º lugar no Estado, na dimensão escolaridade.

O confronto entre as variáveis de riqueza de Jaguariúna e Paulínia, por exemplo, permite inferir que, no primeiro município, houve importante expansão das atividades industriais, provocando impacto positivo nos níveis salariais ali vigentes. Já no segundo, onde o crescimento das atividades industriais foi ainda mais intenso, ocorreu redução dos salários médios reais. Pode-se admitir que, no primeiro caso, tratou-se de uma expansão baseada na introdução de novas unidades produtivas na economia local, que chegaram a afetar a própria estrutura ocupacional do município. Em Paulínia, parece ter ocorrido, prioritariamente, a ampliação do valor da produção de unidades preexistentes, de modo que os salários acompanharam o movimento geral desta variável no conjunto do Estado.

Outro caso paradigmático: embora em 1º lugar no *ranking* de riqueza do Estado, Barueri encontra-se mal posicionado na dimensão longevidade, razão de sua classificação no Grupo 2. Para avançar ao Grupo 1, seria necessário um conjunto de iniciativas para reduzir a mortalidade no município. Muitos esforços têm sido realizados para tanto e as taxas de mortalidade infantil e perinatal diminuíram, entre 1997 e 2000. Porém, a mortalidade de jovens e adultos estabilizou-se em patamar muito elevado e a de idosos, embora em queda, também é muito alta. Sabe-se que a mortalidade entre jovens e adultos tem causas totalmente distintas da mortalidade infantil e exige respostas que, geralmente, envolvem a segurança pública, os cuidados com o trânsito e o sistema viário e o combate à disseminação de doenças sexualmente transmissíveis.

Estes 16 volumes constituem útil ferramenta para os gestores públicos melhor conhecer a realidade onde atuam e para informar aos cidadãos a situação de seus municípios. Como qualquer indicador, os do IPRS possuem limitações e não se pode exigir deles mais do que são capazes. A Fundação Seade, vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento, agradece a confiança que mereceu da Assembléia Legislativa e espera, com esta publicação, contribuir para o avanço da democratização das informações e para o pleno exercício da cidadania em nosso Estado.

Andrea Sandro Calabi

**Secretário de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo**  
**Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Seade**

Felícia Reicher Madeira

**Diretora Executiva da Fundação Seade**

O Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, 9  
Região Administrativa Central, 19

## Municípios

Américo Brasiliense, 25  
Araraquara, 27  
Boa Esperança do Sul, 29  
Borborema, 31  
Cândido Rodrigues, 33  
Descalvado, 35  
Dobrada, 37  
Dourado, 39  
Fernando Prestes, 41  
Gavião Peixoto, 43  
Ibaté, 45  
Ibitinga, 47  
Itápolis, 49  
Matão, 51  
Motuca, 53  
Nova Europa, 55  
Porto Ferreira, 57  
Ribeirão Bonito, 59  
Rincão, 61  
Santa Ernestina, 63  
Santa Lucia, 65  
Santa Rita do Passa Quatro, 67  
São Carlos, 69  
Tabatinga, 71  
Taquaritinga, 73  
Trabiju, 75

## O ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IPRS

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) é um sistema de indicadores socioeconômicos referidos a cada município do Estado de São Paulo. A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo contratou a Fundação Seade para a elaboração do IPRS, com o objetivo de fornecer instrumentos que permitam o acompanhamento da situação social e econômica desses municípios e que subsidiem a formulação e a avaliação de políticas públicas em âmbito municipal.

O IPRS acompanha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Porém, a operacionalização de ambos apresenta diferenças substanciais, uma vez que o IPRS busca gerar indicadores de curto prazo e evitar os inconvenientes de utilizar um índice sintético baseado numa média das dimensões que o compõem.

Como se sabe, o paradigma do desenvolvimento humano propugna a insuficiência da renda *per capita* como o único indicador das condições de vida da população residente em determinado território. Considera que, além da renda, outras dimensões devem ser incluídas para se ter um quadro mais completo das condições de vida de uma sociedade. No desenvolvimento do IDH, propôs-se que mais duas dimensões fossem incorporadas à renda: a longevidade e a escolaridade, adicionando assim as condições de saúde e de educação ao nível de renda para se gerar um indicador mais abrangente das condições de vida.

Para fazê-lo, o IDH selecionou variáveis específicas para cada dimensão: PIB *per capita*,<sup>1</sup> para a dimensão riqueza; esperança de vida ao nascer, para a dimensão longevidade; e a combinação da taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos e mais (com peso de 2/3) com a taxa de matrícula bruta (peso de 1/3), para a dimensão escolaridade. Os indicadores de cada dimensão são padronizados e transformados numa escala de 0 a 100, que permite calcular a média aritmética simples dos indicadores resultantes em cada uma das escalas.

O interesse pela utilização do IDH como instrumento analítico para a definição de prioridades e metas de políticas públicas vem crescendo notavelmente desde a divulgação do primeiro Relatório Internacional de Desenvolvimento Humano, em 1990, por duas razões fundamentais. A primeira diz respeito ao próprio conceito de desenvolvimento humano adotado pelo PNUD, que procura destacar, como objetivos a serem alcançados por toda e qualquer nação, no longo prazo, não só a ampliação do bem-estar material da população, mas também o alargamento

da liberdade das escolhas pessoais, o que pressupõe a criação de um ambiente propício para a experiência de uma vida longa, saudável e criativa. A segunda razão decorre da facilidade com que o IDH possibilita comparações internacionais e, dependendo da disponibilidade de informações estatísticas dos países, também comparações em âmbito regional ou local, mediante a classificação dos países, Estados ou municípios em um *ranking* a partir do qual podem ser identificadas três categorias: baixo desenvolvimento humano (IDH menor que 0,5); médio desenvolvimento humano (IDH maior que 0,5 e menor que 0,8); e alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8).

No Brasil, o Escritório Regional do PNUD patrocinou a elaboração de um Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, em 1996, e de um Atlas de Desenvolvimento Humano, em 1998. Elaborado conjuntamente pelo Ipea, IBGE e Fundação João Pinheiro, o Atlas utiliza uma medida similar ao IDH (o IDH-M) para reconstituir a evolução dos índices de desenvolvimento humano em nível municipal, no período de 1970 a 1991, tomando por base informações levantadas pelos censos demográficos. Desde então, o IDH-M passou a ser utilizado como referência para o planejamento e a avaliação de políticas e programas sociais no país.

No entanto, para os objetivos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a metodologia adotada para o cálculo do IDH-M possui limitações importantes que o IPRS busca superar. Em primeiro lugar, devido às variáveis utilizadas, originárias do Censo Demográfico, só se pode atualizar o IDH a cada dez anos, período excessivamente longo para quem pretende acompanhar e subsidiar a formulação de políticas públicas. Em segundo lugar, a elaboração de um *ranking* por meio do cálculo das médias dos indicadores das três dimensões do IDH, se facilita a comunicação de seus resultados, dificulta a avaliação da real situação do município em cada uma daquelas dimensões.

Para superar tais limitações, o IPRS, preservando o paradigma do desenvolvimento humano e as três dimensões do IDH, buscou identificar fontes alternativas de dados, em especial registros administrativos, que possibilitassem a atualização mais freqüente do indicador e construiu, por meio de técnicas estatísticas multivariadas, agrupamentos de municípios em situações socioeconômicas semelhantes, evitando o cálculo de um valor médio para cada município.

O Quadro 1 sintetiza as variáveis consideradas em cada uma das três dimensões do IPRS. Note-se que, por ser um sistema de indicadores que permite o acompanhamento permanente da si-

1 No caso de indicadores municipais, o PIB *per capita* tem sido substituído pela renda familiar *per capita*.

**Quadro 1**  
**Síntese das Variáveis Seleccionadas e Estrutura de Pesos Adotada, segundo Dimensões do IPRS**

DIMENSÕES	VARIÁVEIS DE RESULTADO	VARIÁVEIS DE ESFORÇO
Riqueza Municipal	Consumo de energia elétrica residencial (44%) Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços (23%) Remuneração média dos empregados com carteira assinada (19%)	Valor adicionado fiscal per capita (14%)
Longevidade	Mortalidade infantil (30%) Mortalidade de adultos de 60 anos e mais (20%) Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos (20%)	Mortalidade perinatal (30%)
Escolaridade	Porcentagem dos jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental (26%) Porcentagem dos jovens de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio (24%) Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos alfabetizadas (24%) Porcentagem de jovens de 15 a 24 anos alfabetizados (23%)	Porcentagem das matrículas de ensino fundamental oferecidas pela rede municipal (3%)

tuação socioeconômica dos municípios paulistas, as fontes de informações primárias do IPRS não se limitam aos Censos Demográficos, cuja realização ocorre a cada dez anos. Isso exigiu a avaliação de diversas fontes alternativas que possibilitassem a criação de indicadores municipais para as três dimensões, sendo seleccionadas as seguintes:

- indicador de riqueza municipal: registros administrativos fornecidos pelas Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e da Energia do Estado de São Paulo e do Ministério do Trabalho e Emprego;
- indicador de longevidade: dados do Registro Civil produzidos pela Fundação Seade;
- indicador de escolaridade: dados dos Censos Demográficos produzidos pelo IBGE e do Censo Escolar, do Ministério da Educação.

Observe-se que, no caso do indicador de escolaridade, ainda se utiliza o Censo Demográfico como fonte de informações primárias, pelo fato de terem ocorrido mudanças, na década de 90, no questionário do Censo Escolar – fonte alternativa preferencial para a produção desses indicadores – o que dificulta a construção de séries históricas. Além disso, tendo em vista a qualidade das informações censitárias, parece inapropriado deixar de utilizá-las quando disponíveis para o ano em pauta.

Desde o início da elaboração do IPRS, além das variáveis de resultado – que caracterizam a situação atual dos municípios, decorrente de fenômenos e processos ocorridos no passado –, buscou-se incorporar outras três, uma para cada dimensão, que refletissem aspectos relacionados aos esforços atualmente empreendidos pelos municípios paulistas (Quadro 1). Ressalte-se que, no cálculo do IPRS ora apresentado, adotou-se uma aproximação inicial dessa abordagem, a ser complementada, oportunamente, por estudos mais detalhados sobre indicadores de esforços em educação e saúde, que foram objeto de trabalhos específicos.

A combinação das variáveis de cada dimensão para a construção de um indicador sintético de riqueza, longevidade e escolaridade implicou a definição dos pesos a serem atribuídos a cada variável (valores entre parênteses no Quadro 1). Para a elaboração dessa estrutura de ponderação, estudou-se a interdependência entre as variáveis por meio de um modelo de análise fatorial. Cada um dos três indicadores sintéticos que correspondem às dimensões do IPRS foi transformado em escala que varia de 0 a 100, de modo a facilitar o manuseio dos dados e a comparação dos municípios.

Esses valores são apresentados nos gráficos que acompanham a análise da situação de cada município do Estado de São Paulo e



**Quadro 2**  
**Limites de corte para a definição da escala discreta do IPRS**

Dimensão		1997	2000
Escolaridade	Baixa	Até 59	Até 78
	Média	De 60 a 69	De 79 a 85
	Alta	70 e mais	86 e mais
Longevidade	Baixa	Até 59	Até 64
	Média	De 60 a 69	De 65 a 71
	Alta	70 e mais	72 e mais
Riqueza	Baixa	Até 49	Até 49
	Alta	50 e mais	50 e mais

**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

**Nota:** Em 1992, utilizaram-se os mesmos limites adotados em 1997.

foi a partir de sua ordenação que se obtiveram os *rankings* refe-  
ridos às três dimensões do IPRS, também citados nas análises.

Além de sintetizarem a situação de cada município no que diz  
respeito a riqueza, escolaridade e longevidade, tais indicadores  
foram empregados para a construção de grupos homogêneos de  
municípios, por meio da aplicação de técnicas de análise  
multivariada. Para simplificar a utilização de tais técnicas, as es-  
calas contínuas obtidas foram transformadas em escalas discre-  
tas, isto é, em vez de se trabalhar com uma escala numérica,  
considerou-se mais conveniente identificar as categorias Baixa,  
Média e Alta (no caso do indicador de riqueza municipal, defini-  
ram-se apenas as categorias Baixa e Alta), por meio do estabele-  
cimento de parâmetros ou limites de corte na escala original. Os  
limites das categorias adotados para cada dimensão do IPRS es-  
tão descritos no Quadro 2.

Note-se que, em 2000, os limites de corte são maiores que os  
adotados em 1997, nos casos das dimensões longevidade e, prin-  
cipalmente, escolaridade. Tal opção – que pode dificultar análi-  
ses comparativas entre os grupos mas não entre os municípios –  
deveu-se ao fato de que, nessas duas dimensões – em especial na  
de escolaridade –, os progressos verificados em praticamente todos  
os municípios paulistas foram tão acentuados que os limites  
adotados em 1997 mostraram-se incapazes de diferenciar aque-  
les grupos.

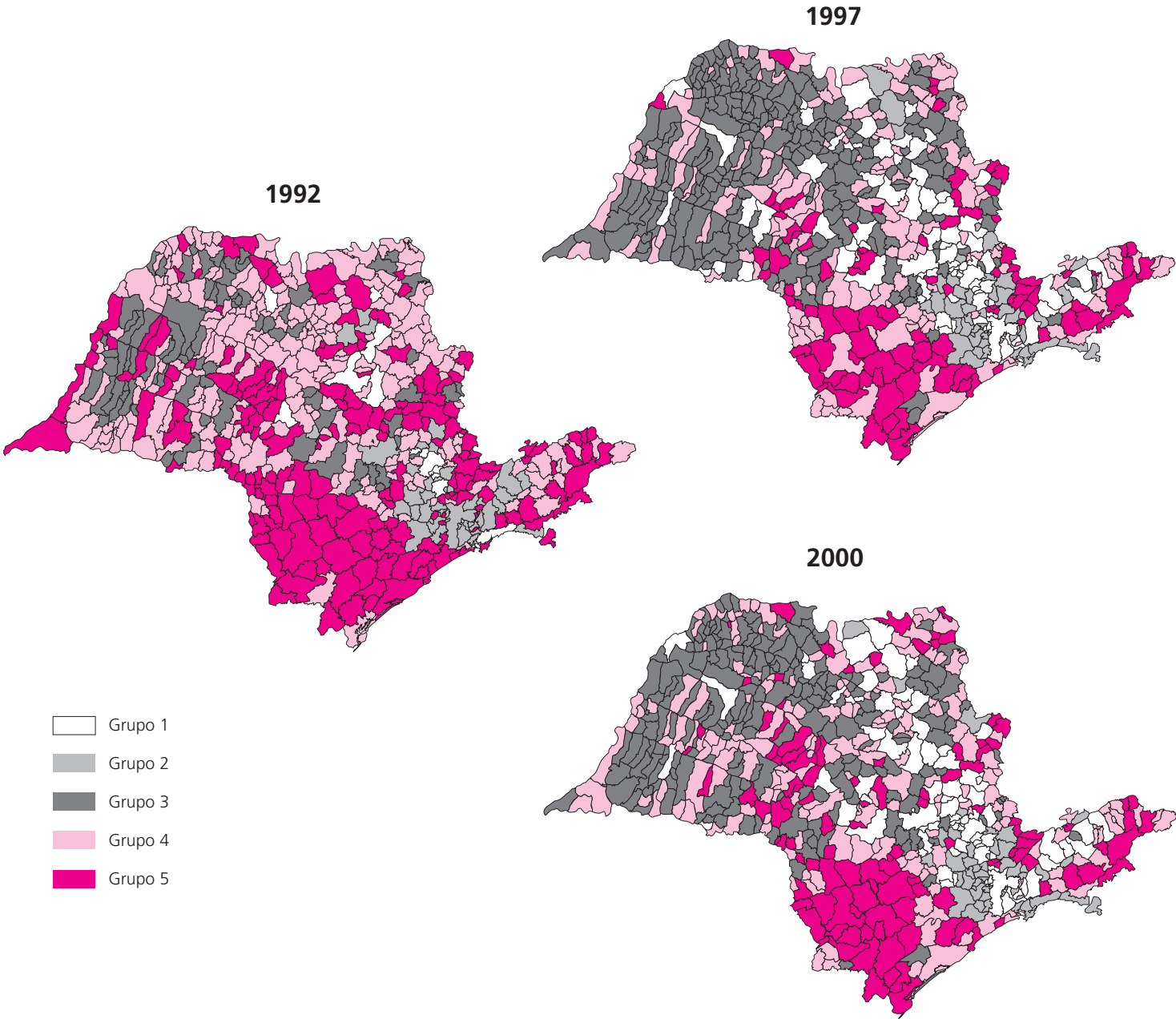
A partir das combinações das escalas das três dimensões, reali-  
zadas por análise multivariada, identificaram-se cinco agrupamen-

tos de municípios, apresentados no Mapa 1, cuja descrição geral,  
empregando-se os resultados de 2000, é apresentada a seguir:

**Grupo 1** – incorpora os municípios localizados ao longo dos  
principais eixos rodoviários do Estado (Vias Anhangüera e Presi-  
dente Dutra), que se interceptam no município de São Paulo. Os  
81 municípios que compõem este grupo abrigam 23 milhões de  
habitantes, ou 62% da população estadual, tornando-o o maior  
dos cinco grupos em população. Fazem parte dele os grandes  
municípios paulistas (São Paulo, Campinas, Santos, Ribeirão Preto  
e os municípios do ABC), além de outros com importante dimen-  
são econômica (Araçatuba, Araraquara, Barretos, Bauru,  
Jaboticabal, Jundiaí, São Carlos, etc.). Os municípios deste grupo  
associam um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indica-  
dores sociais, embora deva-se ressaltar que, sobretudo nos maio-  
res, existem extremas desigualdades nas condições de vida de suas  
populações que não são perceptíveis nos indicadores municipais  
agregados. Para superar essa limitação do IPRS, a Fundação Seade  
apresentou um estudo, também encomendado pela Assembléia  
Legislativa de São Paulo, que visa revelar as desigualdades existen-  
tes no interior da Região Administrativa de Campinas.

**Grupo 2** – corresponde aos municípios que, embora com  
níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indi-  
cadores sociais. São basicamente aqueles situados nas áreas me-  
tropolitanas do Estado e em seu entorno. Este grupo inclui ape-  
nas 48 municípios que abrigam pouco mais de 5 milhões de  
habitantes. Ainda que sejam poucos, os municípios deste grupo

**Mapa 1**  
**Municípios Paulistas, segundo os Grupos do IPRS**  
**1992-2000**



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

podem ser divididos em, pelo menos, três categorias, tal como observado em 1997: os industriais – como Mauá, Cubatão, Diadema e Guarulhos; os que abrigam condomínios de alto padrão – como Barueri, Cotia e Itapeverica da Serra; e os turísticos, como Atibaia, Campos do Jordão, Guarujá, Ibiúna e Ilhabela. Em todos eles, por distintos processos de formação, constituíram-se estruturas heterogêneas, convivendo níveis elevados de riqueza municipal com uma situação social inadequada. Porém, diferentemente do Grupo 1, o IPRS foi sensível o suficiente para detectá-la.

**Grupo 3** – caracteriza-se pela presença de municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões, abrangendo a maioria daqueles localizados no norte e no oeste paulista. Este grupo engloba 211 municípios onde habitam 3,5 milhões de pessoas. O porte médio dos municípios que o compõem (16,7 mil habitantes) é o menor entre os cinco grupos, o que demonstra a alta frequência de pequenos municípios neste agrupamento, embora haja alguns atípicos, como Franca e Santa Bárbara d'Oeste.

**Grupo 4** – agrega os municípios com nível de riqueza baixo, mas com níveis médios de longevidade e conhecimento. É composto por vários municípios dispersos no oeste paulista e se concentra no centro e na fronteira nordeste do Estado, no Vale do Paraíba e no entorno do Vale do Ribeira. Incluem-se, neste grupo, 191 municípios onde habitam 3,5 milhões de pessoas. Também neste caso, com exceção de Ferraz de Vasconcelos e São Vicente, entre outros, predominam municípios de pequeno porte, em geral localizados em regiões tradicionalmente consideradas problemáticas.

**Grupo 5** – é composto pelos municípios em pior situação no IPRS, está fortemente concentrado no Vale do Ribeira, mas inclui também municípios localizados na zona serrana do Vale do Paraíba e na região central do Estado, num total de 114 municípios, onde vivem apenas 2 milhões de pessoas. Com poucas exceções, os municípios são de pequeno porte (seu porte médio é de 17,3 mil habitantes), localizados nas áreas marcadas tradicionalmente pela pobreza e incapacidade local em lograr avanços socioeconômicos significativos.

Obteve-se assim um retrato do Estado de São Paulo, em que se destaca a grande heterogeneidade regional. Existem dois eixos que acompanham as principais rodovias do Estado e se interceptam no município de São Paulo, concentrando os municípios mais bem posicionados nas três dimensões do IPRS. Os entornos metropolitanos de São Paulo, Campinas e Baixada Santista caracterizam-se por municípios que, mesmo com bons indicadores de riqueza, abrigam populações com níveis de longevidade e escolaridade sofríveis. O oeste paulista concentra municípios pequenos

e com baixos níveis de riqueza, mas cujas populações possuem bons indicadores sociais. Alguns municípios localizados nos bolsões de pobreza do Vale do Ribeira e das Serras do Mar e da Mantiqueira vêm conseguindo melhorar seus indicadores sociais, mas outros mantêm-se na lógica perversa da pobreza.

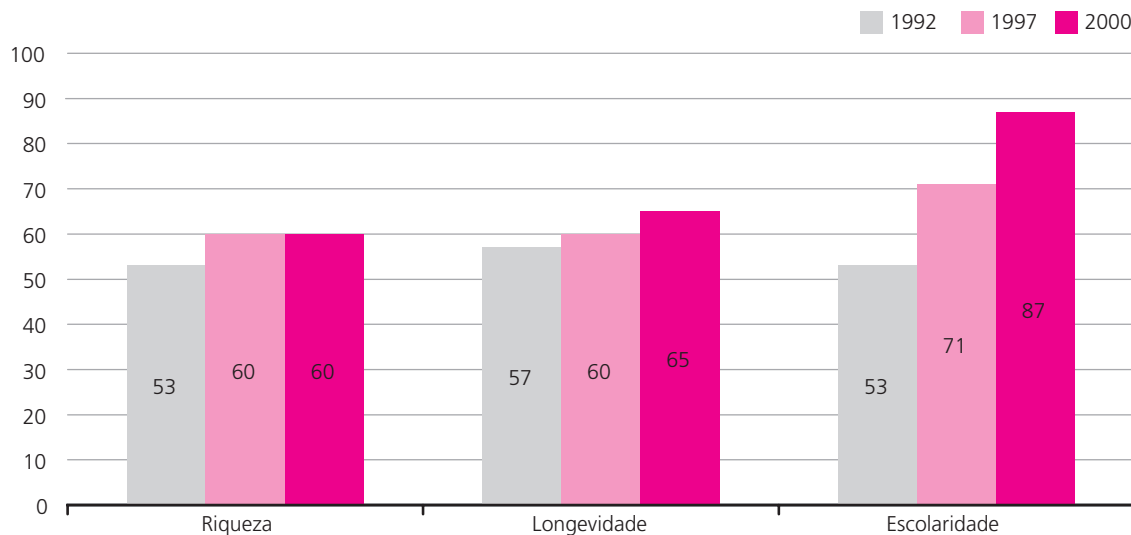
O que se viu em São Paulo, ao longo dos últimos anos, foram tímidas variações do nível da atividade econômica – refletidas na estabilidade dos indicadores de riqueza municipal –, acompanhada de progressos importantes nas condições sociais incluídas no IPRS, como atestam o crescimento do indicador de longevidade e o significativo avanço do indicador de escolaridade. Isso demonstra que, caso fosse considerado apenas o indicador de riqueza para avaliar a situação dos municípios paulistas, o diagnóstico limitar-se-ia a destacar uma virtual estagnação econômica do Estado, deixando de identificar os progressos em sua dimensão social.

Tal descompasso entre o comportamento da economia paulista e o dos indicadores sociais mostra que foi possível obter avanços neste último campo, a partir da implementação de políticas públicas adequadas, mesmo em situação econômica desfavorável. Este mesmo descompasso pode levar a alguma perplexidade quanto aos resultados revelados pelo IPRS, uma vez que o baixo dinamismo econômico atinge de forma mais imediata a situação corrente das famílias, seja pelas dificuldades de inserção profissional, seja pela estagnação ou queda de seu rendimento real e de seus níveis de consumo. O que o IPRS revela é que, mesmo com essas ocorrências negativas, as famílias conseguiram inserir e manter seus filhos no sistema educacional e passaram a dispor de melhores condições de saúde, que se refletiram especialmente na redução da mortalidade infantil.

Para facilitar o manuseio das informações e a comparação intermunicipal, os resultados do IPRS foram agrupados segundo as 15 regiões administrativas do Estado de São Paulo. Cada região é apresentada em volume próprio, contendo, além desta apresentação geral, uma análise agregada do IPRS para o Estado de São Paulo e suas regiões administrativas, uma análise da região específica em seu conjunto e uma para cada um dos municípios que a compõem. O 16º volume reúne uma síntese de todas as regiões. Tendo em vista as dificuldades de comparação dos grupos de municípios, diante da mudança dos limites de corte anteriormente mencionada, estas análises privilegiam as comparações intermunicipais, que não foram afetadas por aquela mudança, destacando os indicadores originais utilizados para a construção do IPRS de modo a simplificar sua apreensão.

Espera-se assim oferecer à sociedade paulista e aos administradores municipais um instrumento que permita avaliar os re-

**Gráfico 1**  
**Dimensões do IPRS**  
**Estado de São Paulo**  
**1992-2000**



**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

sultados da ação governamental ao longo dos últimos três anos, contribuindo para o importante debate sobre os fatores que, de fato, conduzem ao desenvolvimento. Quanto mais se puder compreender o funcionamento e o impacto desses fatores, mais eficazes serão as políticas públicas destinadas a promover o desenvolvimento humano.

teve trajetória de crescimento ao longo dos dois períodos e a dimensão escolaridade elevou-se de forma expressiva também nos dois períodos (Gráfico 1). Assim, pode-se constatar que, mesmo em um período de relativa estabilidade de sua economia, como o de 1997 a 2000, obtiveram-se ganhos substanciais nas dimensões sociais do conjunto do Estado, especialmente na referida à escolaridade.

## O IPRS do Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo, em seu conjunto, apresentou desempenho diferenciado, segundo as dimensões do IPRS. No caso da riqueza, registrou-se aumento entre 1992 e 1997<sup>2</sup> e estabilidade no período subsequente. A dimensão longevidade man-

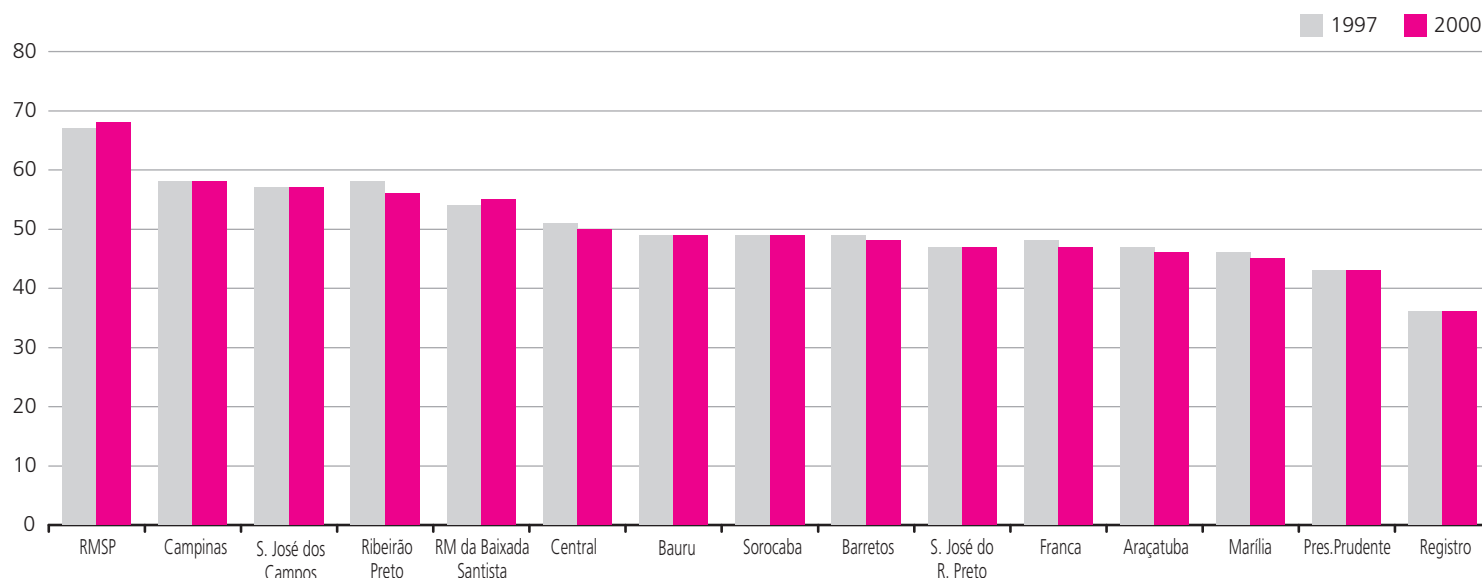
## Riqueza

Tomando-se as variáveis que compõem a dimensão riqueza do IPRS,<sup>3</sup> para o total do Estado de São Paulo, observa-se, no período 1997-2000, o seguinte comportamento:

<sup>2</sup> Os anos que aparecem nos gráficos e no texto, relacionam-se com os anos de referência do IPRS. Apenas na dimensão riqueza, esses anos coincidem com os anos de referência das variáveis originais. Na dimensão longevidade, para o IPRS-97, as taxas de mortalidade referem-se à média do período 1997-99 e, para o IPRS-2000, à do período 1999-2001. Na dimensão escolaridade, os anos de referência das variáveis originais são 1996 e 2000, respectivamente às duas edições do IPRS.

<sup>3</sup> As variáveis monetárias estão expressas em reais de 1997. O rendimento médio do setor formal foi deflacionado pelo Índice de Custo de Vida (ICV), do Dieese, e o valor adicionado fiscal pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas.

**Gráfico 2**  
**Dimensão Riqueza**  
**Regiões Administrativas do Estado de São Paulo**  
**1997-2000**



**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação na agricultura e no setor terciário elevou-se de 13,8 MW para 16,3 MW;
- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação residencial pouco se alterou, passando de 2,7 MW para 2,6 MW;
- o rendimento médio dos assalariados do setor formal diminuiu de R\$ 854 para R\$ 806;
- o valor adicionado fiscal *per capita* passou de R\$ 5.141 para R\$ 4.890.

Observam-se, assim, indicações que permitem inferir a ocorrência de um deslocamento do dinamismo econômico do Estado de São Paulo a favor dos setores primário e terciário em detrimento de seu setor industrial. Por seu turno, os indicadores associados à renda das famílias mostram a perda de seu poder de compra, no período. Como resultado desses movimentos, o indicador agregado de riqueza do Estado de São Paulo manteve-se estável entre 1997 e 2000.

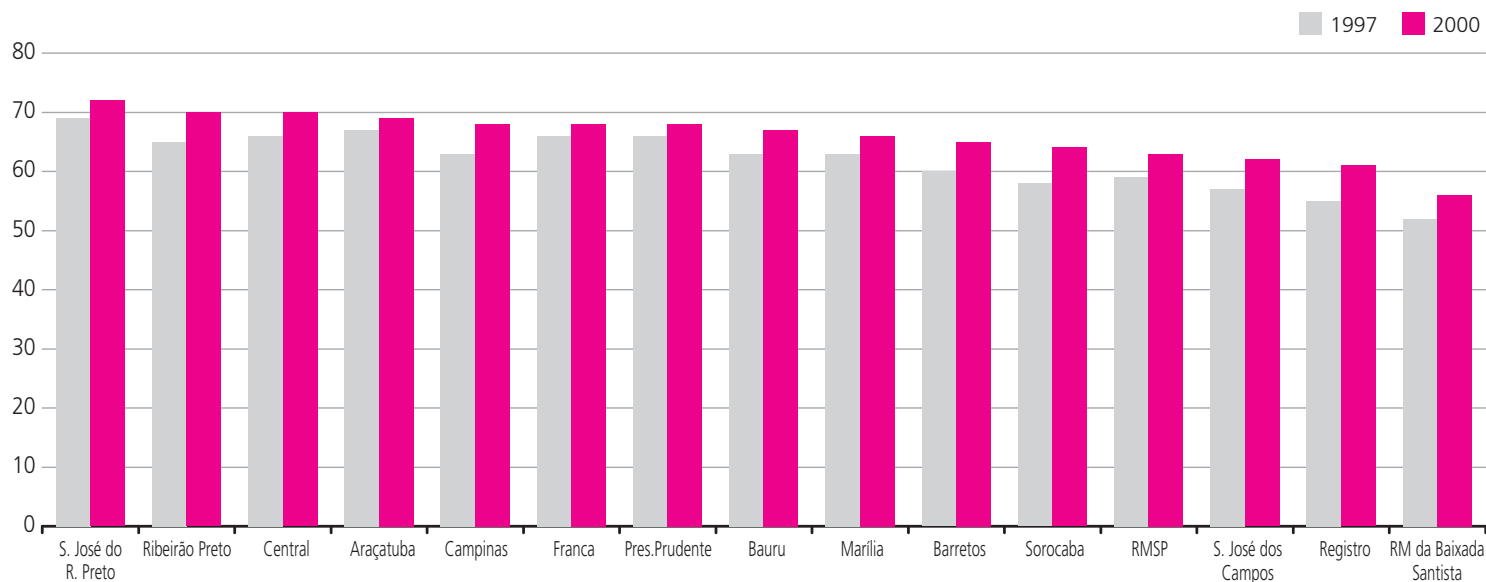
Sob a ótica regional, nota-se que apenas as Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista ampliaram (em um

ponto) seu escore de riqueza, enquanto as demais registraram redução ou estabilidade nesta dimensão. Merece menção a Região Administrativa de Ribeirão Preto, cujo indicador de riqueza diminuiu dois pontos. Pode-se afirmar, portanto, que a relativa estabilidade da atividade econômica atingiu todas as regiões administrativas do Estado, uma vez que não foram observados movimentos muito discrepantes nesse corte regional (Gráfico 2). Tal estabilidade, por seu turno, fez com que a ordenação das regiões administrativas se mantivesse inalterada no período, com a Região Metropolitana de São Paulo obtendo o escore mais elevado nesta dimensão, seguida pelas Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto. As regiões que obtiveram os menores escores de riqueza foram, em ordem decrescente, as de Marília, Presidente Prudente e Registro.

### Longevidade

Sob a perspectiva da longevidade, o conjunto do Estado de São Paulo apresentou progressos importantes, como pode-se

**Gráfico 3**  
**Dimensão Longevidade**  
**Regiões Administrativas do Estado de São Paulo**  
**1997-2000**



**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

observar pela evolução, entre 1997 e 2000, das variáveis componentes desta dimensão:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 19,2 para 16,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) também reduziu-se de 20,6 para 18,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 2,4 para 2,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas com idade superior a 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 42,7 para 39,7.

O progresso mais importante entre tais taxas foi o registrado na de mortalidade infantil, cuja redução foi de 2,4 pontos percentuais. Comparando este indicador com o de outros países da América Latina,<sup>4</sup> a taxa de mortalidade infantil paulista (16,8) é inferior à observada, em 2000, na Argentina (18) e, mais ain-

da, da registrada no México (25), mas superior à de países como o Uruguai (15) e Cuba (7). Em relação aos países europeus, o Estado de São Paulo apresenta taxa de mortalidade infantil inferior à da Rússia (18), mas muito superior à de países como Portugal (6) ou Espanha (5).

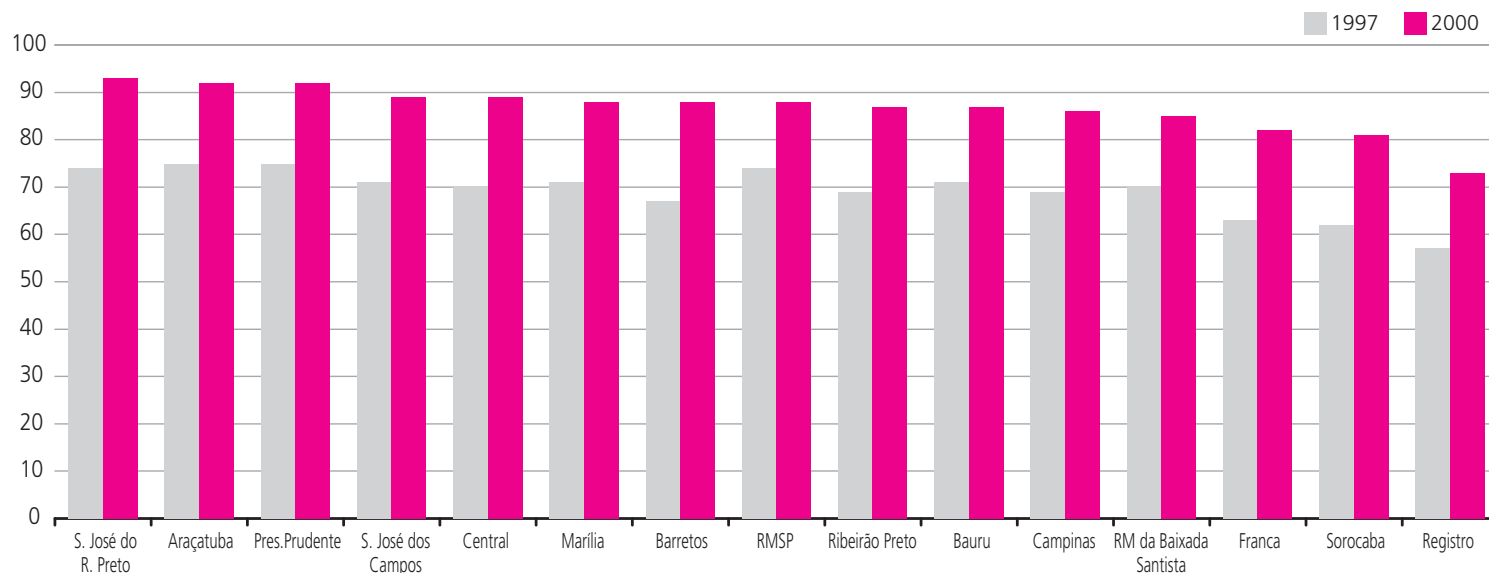
Comparando-a com a média brasileira (31,8), calculada pelo IBGE, em 1999, apenas os Estados de Rio Grande do Sul (15,1) e Santa Catarina (16,4) apresentam taxas de mortalidade infantil bem inferiores à paulista (17,9),<sup>5</sup> que se aproxima das estimadas para o Paraná (17,2) e o Espírito Santo (17,7). Nos demais Estados da Região Sudeste, essas taxas são superiores a 21 e nas demais regiões brasileiras são ainda mais elevadas: 25,1 no Centro-Oeste; 33,9 no Norte e 52,4 no Nordeste.

Sob a ótica regional (Gráfico 3), os progressos nesta dimensão foram generalizados, embora com intensidades diferentes nas di-

<sup>4</sup> Informações internacionais disponíveis em: <[http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi\\_series\\_list.asp](http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_series_list.asp)>.

<sup>5</sup> Adotou-se a taxa de mortalidade infantil estimada pelo IBGE, em 1999 – a estatística oficial disponível mais recente – para permitir a adequada comparação do Estado de São Paulo com as outras regiões do país.

**Gráfico 4**  
**Dimensão Escolaridade**  
**Regiões Administrativas do Estado de São Paulo**  
**1997-2000**



**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

versas regiões administrativas, merecendo destaque as de Registro e Sorocaba, que avançaram seis pontos em seus respectivos escores. Essa evolução diferenciada alterou a ordem das regiões segundo esta dimensão. A mais bem posicionada em 2000 era a de São José do Rio Preto, que já ocupava essa posição em 1997. As três regiões em pior situação, em 2000 – São José dos Campos, Registro e RM da Baixada Santista –, a despeito dos progressos experimentados no período, não alteraram suas classificações em relação àquelas observadas em 1997. Das que avançaram, merece destaque a região de Ribeirão Preto, que passou da sexta para a segunda posição. Em contrapartida, a de Araçatuba, que ocupava o segundo lugar, em 1997, passou para o quarto, em 2000.

### Escolaridade

No que diz respeito à dimensão escolaridade, os avanços registrados no conjunto do Estado de São Paulo foram excepcionais: o escore médio desta dimensão passou de 53, em 1992,

para 71, em 1997, e atingiu 87, em 2000 (Gráfico 4). Tal evolução pode ser mais bem apreendida pelo comportamento das variáveis componentes desta dimensão:

- a proporção de jovens de 15 a 19 anos de idade que concluíram o ensino fundamental passou de 49,1%, em 1997, para 65,6%, em 2000;
- a parcela das pessoas com 19 a 24 anos que completaram o ensino médio aumentou de 30,2% para 44,6%, no mesmo período;
- entre os indicadores de alfabetização, a proporção de pessoas com mais de um ano de estudo na faixa etária de 10 a 14 anos variou de 93,6% para 95,7%, entre 1997 e 2000, e na faixa etária de 15 a 24 anos manteve-se em 96,6%, no mesmo período;
- a participação da rede municipal na oferta de vagas para o ensino fundamental, no total da rede pública, passou de 27,2%, em 1997, para 29,2%, em 2000.

Como se nota, foram grandes os avanços observados nos indicadores de cobertura dos ensinos fundamental e médio, embora haja ainda muito a percorrer neste campo. Quanto aos indi-

cadadores de alfabetização, os níveis obtidos pelo Estado de São Paulo são elevados. Porém, a taxa de alfabetização, em 2000, na faixa etária de 15 a 24 anos, em países da América Latina,<sup>6</sup> como Argentina (98,6%), México (97,0%) e Uruguai (99,1%), é ainda ligeiramente superior à média paulista.<sup>7</sup> Quanto ao avanço da municipalização do ensino fundamental, observa-se que no conjunto do Estado este processo ainda está longe de se completar e tem se dado num ritmo ainda muito lento.

Do ponto de vista regional (Gráfico 4), todas as regiões administrativas apresentaram expressivos ganhos no indicador de escolaridade. Embora esse avanço tenha sido generalizado, chama a atenção o caso da Região Administrativa de Barretos, que elevou em 21 pontos seu escore de escolaridade. Mesmo a Região Metropolitana de São Paulo, cujo crescimento foi o menor entre as regiões do Estado, ampliou seu escore em 14 pontos.

Também neste caso, a região mais bem posicionada é a de São José do Rio Preto (ocupava o segundo posto, em 1997), seguida pelas de Araçatuba e Presidente Prudente. As regiões que se encontram nas últimas colocações (as mesmas que ocupavam em 1997) são, em ordem decrescente, as de Franca, Sorocaba e Registro.

Estes indicadores mostram que, para o conjunto do Estado de São Paulo, a despeito da relativa estabilidade da dimensão riqueza, houve expressivos progressos nas dimensões longevidade e, sobretudo, escolaridade. Esta simples constatação demonstra o acerto do paradigma do desenvolvimento humano, também adotado no IPRS, que considera insuficiente o uso exclusivo da renda como medida das condições de vida da população. Isto torna-se ainda mais evidente quando se observa a situação das diferentes regiões administrativas nas três dimensões. Ao contrário do que se poderia supor, são frequentes os casos de regiões bem posicionadas na dimensão riqueza que apresentam sofríveis indicadores em uma ou em ambas as dimensões sociais. A situação inversa também ocorre, como no caso da região de São José do Rio Preto, que ocupa a primeira posição nas dimensões longevidade e escolaridade, mas apenas a 11<sup>a</sup> na dimensão riqueza. Em outros termos, é possível afirmar, com base nestes indicadores, que, mesmo num período de relativa estagnação da economia, podem-se obter avanços sociais importantes, como os verificados no Estado de São Paulo, nos últimos anos.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	36.974.378
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	148,73
Número de Domicílios Particulares Permanentes	9.729.420
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	86,1
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	97,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,9
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	21,8
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,72

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

6 Informações internacionais disponíveis em: <[http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi\\_series\\_list.asp](http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_series_list.asp)>.  
7 Observe-se que, para a ONU, uma pessoa é considerada alfabetizada se puder, com compreensão, ler e escrever um texto simples sobre sua vida cotidiana. No caso do IPRS, entende-se por alfabetizada a pessoa que possui pelo menos um ano de escolaridade formal, o que dificulta, em certa medida, as comparações com outros países.



## REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRAL

### População e território

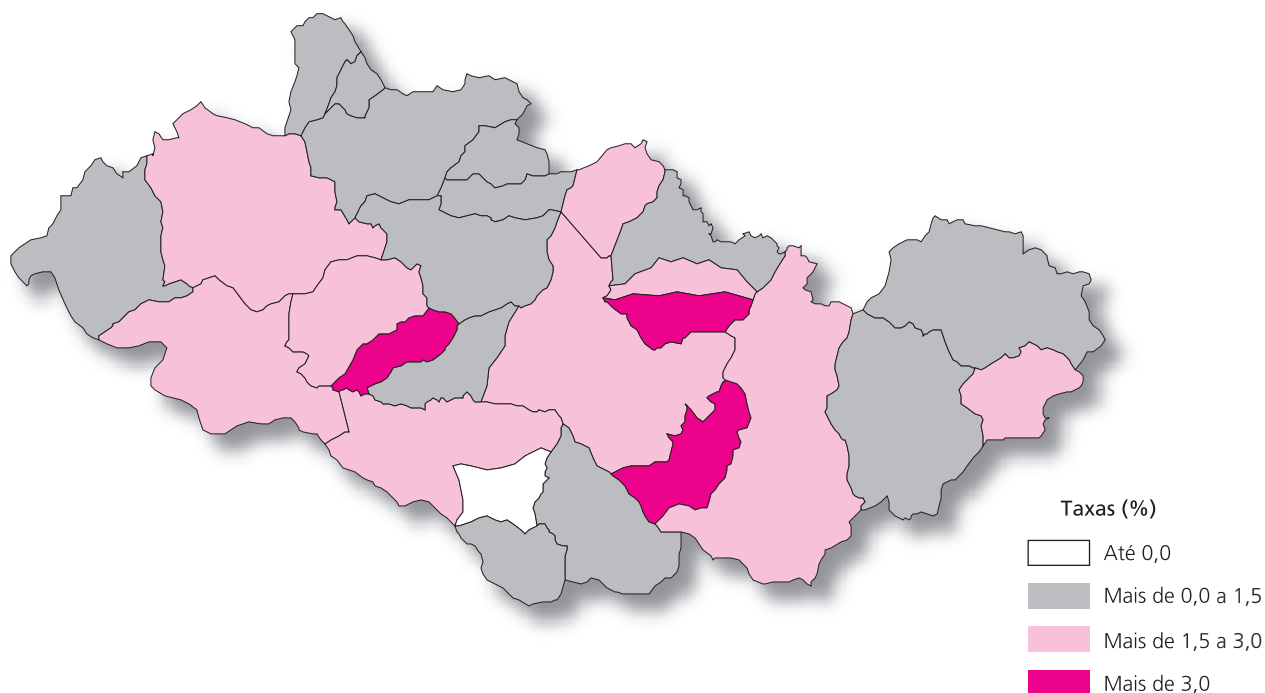
A Região Administrativa Central engloba 26 municípios, onde vivem 853.866 pessoas, e possui uma área de 11.018 km<sup>2</sup>. Sua densidade populacional é de 77,5 habitantes/km<sup>2</sup>. Américo Brasiliense (222,0 hab./km<sup>2</sup>), Porto Ferreira (192,5 hab./km<sup>2</sup>), Araraquara (180,3 hab./km<sup>2</sup>), São Carlos (170,2 hab./km<sup>2</sup>) e Matão (138,6 hab./km<sup>2</sup>) são os municípios mais densamente povoados da região. Nos demais, a concentração de habitantes varia entre 16,7 hab./km<sup>2</sup>, em Motuca, e 89,4 hab./km<sup>2</sup>, em Taquaritinga.

Entre 1991 e 2000, a população da região cresceu, em média, 1,82% ao ano. Foram os municípios de Américo Brasiliense (4,0%), Gavião Peixoto (3,9%), Nova Europa (3,5%), Santa Lu-

cia (2,5%), Porto Ferreira (2,4%), Ibitinga (2,3%), São Carlos (2,3%), Boa Esperança do Sul (2,1%) e Tabatinga (2,1%) que mais se expandiram ao longo desse período. Os demais registraram taxas entre 0,3% e 1,3% ao ano, e somente em dois municípios o crescimento foi praticamente nulo: em Rincão, a população aumentou 0,03% (de 10.302 para 10.330) e em Trabiju diminuiu 0,02% (de 1.382 para 1.380). A região Central é a sétima que mais cresceu no Estado.

Os índices de saneamento da região podem ser considerados adequados, pois atendem a mais de 95% das unidades residenciais em cada município.<sup>8</sup> Naqueles com maior densidade populacional, a cobertura do abastecimento de água é superior a 98%; a captação de esgoto cobre entre 95,7% (em Porto Ferreira) e 99,2% (em Américo Brasiliense) e a coleta de lixo, entre 98,8% e 99,8%

Taxa Anual de Crescimento Populacional  
RA Central  
1991/2000



Fonte: Fundação Seade.

<sup>8</sup> No Estado de São Paulo, o abastecimento de água atende a 97,4% das unidades residenciais, a coleta de esgoto, a 86,1%, e a coleta de lixo abrange 98,9% dos domicílios.

dos domicílios. Já nos municípios com menor densidade populacional, como Gavião Peixoto, Santa Ernestina e Trabiçu, os índices de saneamento variam entre 96,4% e 100,0% das unidades residenciais atendidas nas três categorias mencionadas.

## Economia

A economia da Região Administrativa Central é moldada por uma vasta gama de atividades desenvolvidas em cada um de seus municípios. Araraquara e São Carlos são, certamente, os centros urbanos impulsionadores do dinamismo regional.

São Carlos se destaca por ser um importante centro de pesquisas, o que possibilita a transferência de conhecimento científico para o setor privado. Existem no município dezenas de empresas de base tecnológica, atuando nas áreas de automação, informática e tecnologia da informação, instrumentação eletrônica, mecânica de precisão, química fina e ótica.

Considerado um dos mais importantes centros educacionais do Estado de São Paulo, São Carlos possui duas das mais conceituadas universidades públicas do país: a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Há também duas instituições privadas: a Faculdade de Direito de São Carlos e o Centro Universitário Central Paulista. O município conta, ainda, com dois centros de pesquisa da Embrapa, que desenvolvem pesquisas e tecnologias específicas para o setor agropecuário, principalmente para a produção avícola de corte, leite, cana-de-açúcar, cítricos (em especial, laranja) e pinus. O município também sedia o Centro de Informática de São Carlos, que compreende uma unidade de apoio da Universidade de São Paulo (USP) na área de informática para o Campus de São Carlos.

Nos últimos anos, São Carlos perdeu algumas empresas de peso, mas sua economia continua importante e diversificada, com empresas em diversos setores – agropecuário, madeireiro, metalúrgico, de alimentos e bebidas, têxtil, de papel e celulose, de borracha e plástico, de materiais elétricos e equipamentos de instrumentação. Parte da produção local é destinada à exportação. O setor terciário (comércio e serviços) tem expressão regional, absorvendo amplo contingente de trabalhadores, fortemente alavancado pelo dinamismo do setor industrial e pelas universidades e centros de pesquisa do município.

Araraquara possui um dinamismo semelhante, porém por motivos distintos. O município é um importante entroncamento ferroviário, com ligações a leste (Campinas, São Paulo e Santos), ao norte (Barretos e Porto Colômbia/divisa com Minas Gerais) e a oeste (São José do Rio Preto e Porto Rubinéia/divisa com Mato Grosso e Goiás), que servem ao transporte de cargas, ficando

próximo, ainda, da Hidrovia Tietê-Paraná. Possui também um aeroporto e o entroncamento da infovia, uma rede de comunicação para transmissão de dados e informações através de fibras ópticas, interligando as principais cidades do país. Essas características tornam o município um importante centro de desenvolvimento. Suas principais empresas pertencem aos setores de alimentos e bebidas, metalmecânico, metalúrgico, aeronáutico, têxtil, agrícola e sucroalcooleiro.

Desenvolvendo projetos de pesquisa e oferecendo cursos no ensino superior, em Araraquara encontram-se a Universidade Estadual Paulista (Unesp), o Centro Universitário de Araraquara (Uniara), a Universidade Paulista (Unip) e as Faculdades Integradas Logatt, além de institutos de pesquisa em química, biotecnologia e citricultura.

A agroindústria da região é principalmente voltada para a produção de açúcar e álcool e de suco de laranja. Em Araraquara localiza-se a maior empresa do país na produção de suco cítrico. Juntamente com outras quatro produtoras de municípios vizinhos, responde por 96% da produção brasileira de suco de laranja. Apesar da citricultura envolver grande parte dos produtores agrícolas da região, a fruticultura inclui plantios de manga, goiaba e banana. Em larga escala também são cultivados cana-de-açúcar, soja, arroz, milho e café, como em Itápolis e São Carlos. Descalvado destaca-se pela avicultura – o município é um dos maiores produtores de frango do Estado – e pelas atividades de extração de areia, produção de álcool e açúcar e de produtos alimentícios.

O município de Ibitinga é conhecido como a capital do bordado, atividade de antiga tradição local, que começou como artesanal e hoje tornou-se sua principal atividade industrial. As perspectivas de Gavião Peixoto, com as recentes decisões de investimento da indústria aeronáutica, são bastante promissoras e seus efeitos positivos devem se estender por toda a região.

Entre 1996 e 2002, o total de investimentos anunciados para a Região Administrativa Central foi de US\$ 2.729,3 milhões. Desse montante, 87,7% (US\$ 2.394,2 milhões) destinaram-se ao setor industrial, com especial destaque para as indústrias automobilística e de máquinas e equipamentos, bem como em eletricidade, gás e água quente. Para o setor de serviços foram anunciados US\$ 311,5 milhões, para o comércio US\$ 15,5 milhões e para a agropecuária US\$ 8,1 milhões.

## O IPRS na Região Administrativa Central

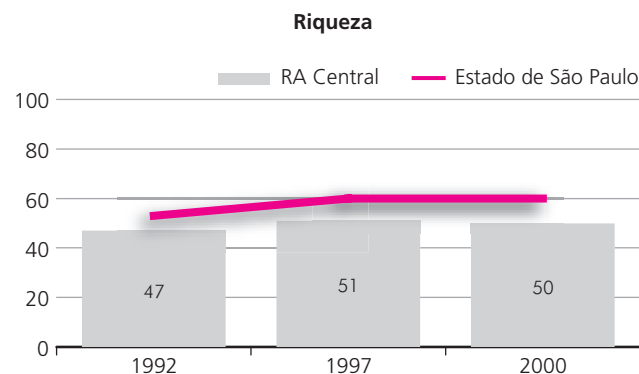
Como a breve apresentação da Região Administrativa Central demonstra, é grande a diversificação de sua economia, que con-

têm importantes atores, de expressão nacional, em atividades da agropecuária, agroindústria, serviços e indústria de transformação, incluindo empresas de base tecnológica. Sua importância econômica, no âmbito do IPRS, pode ser demonstrada pelo fato de apresentar o sexto maior indicador de riqueza entre as distintas regiões administrativas do Estado de São Paulo. Apenas as regiões Metropolitana de São Paulo, de Campinas, de São José dos Campos, de Ribeirão Preto e a RM da Baixada Santista apresentam indicador de riqueza mais elevado. Sua situação social também se destaca no IPRS, seja na dimensão longevidade, seja na escolaridade. Se ordenadas as regiões administrativas do Estado, segundo seus indicadores de longevidade e escolaridade, a região Central ocuparia a 2ª e a 3ª posições, respectivamente.

Apesar de o conjunto das informações regionais demonstrar um equilíbrio das dimensões sociais e econômica do IPRS, a análise da situação de cada um dos municípios que a compõem mostra que ainda persiste uma certa heterogeneidade intra-regional, como atesta a própria distribuição desses municípios nos cinco grupos do IPRS. No Grupo 1, que reúne os municípios com bons indicadores nas três dimensões do índice, foram classificados cinco municípios; no Grupo 3, cuja principal característica é agregar os municípios que, mesmo não apresentando indicador de riqueza elevado, conseguem exibir indicadores sociais satisfatórios, foram classificados 11 municípios; nos Grupos 4 e 5, foram classificados dez municípios (apenas um no Grupo 5). Estes grupos agregam os municípios em piores situações de riqueza, longevidade e escolaridade, sendo os classificados no Grupo 4 os que se encontram em situação ligeiramente melhor que os do Grupo 5, em especial no que diz respeito às dimensões sociais.

O indicador agregado de riqueza mostra que, tal como para o conjunto do Estado, a Região Administrativa Central cresceu nessa dimensão entre 1992 e 1997,<sup>9</sup> mas decresceu ligeiramente no período recente. Apenas dois municípios apresentaram aumento desse indicador: Borborema e Rincão. Alguns, como Araraquara, Boa Esperança do Sul, Dourado, Fernando Prestes, Porto Ferreira e Taquaritinga, não registraram variação desse indicador. Os demais mostraram redução na dimensão riqueza, com maior retração em Gavião Peixoto, Santa Ernestina e Américo Brasiliense.

Na região, verificou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão riqueza, entre 1997 e 2000:

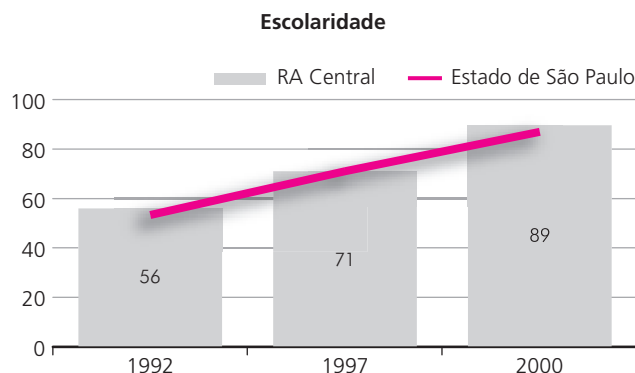
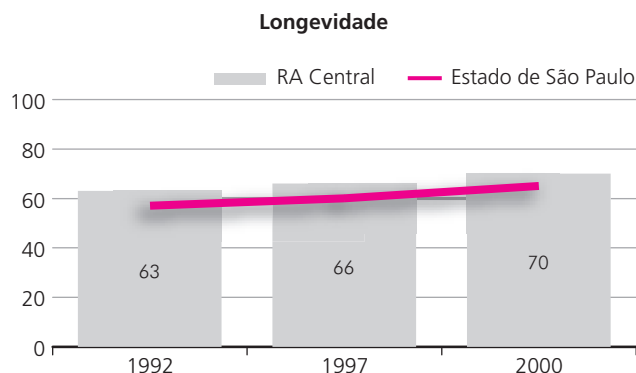


- o consumo anual de energia elétrica por ligação na agricultura, no comércio e nos serviços passou de 10,7 MW para 11,9 MW, sendo a média do Estado, em 2000, de 16,3 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial variou de 2,4 MW para 2,3 MW, abaixo da média do Estado, de 2,6 MW, em 2000;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 612 para R\$ 526, sendo a média do Estado, em 2000, de R\$ 806;
- o valor adicionado fiscal *per capita* reduziu-se de R\$ 4.494 para R\$ 4.047, enquanto a média do Estado, em 2000, era R\$ 4.890.

Houve crescimento do consumo de energia elétrica nos setores primário e terciário e redução do valor adicionado fiscal *per capita*, associado ao setor industrial, acompanhando a tendência do conjunto do Estado. Os indicadores relacionados à renda e ao consumo das famílias também diminuíram, como se observa pela redução do salário médio do emprego formal e, em menor medida, do consumo de energia elétrica residencial. Tais informações sugerem que houve, na Região Central, menor dinamismo do setor industrial, bem como da renda e do consumo das famílias, mas crescimento das atividades primárias e terciárias, seguindo um movimento comum à maioria das regiões paulistas.

O indicador agregado de longevidade mostrou-se crescente ao longo de todo o período em análise e seu patamar (70) supera o do conjunto do Estado (65). Quase todos os municípios da região ampliaram seus escores de longevidade, com exceção de

<sup>9</sup> Os anos que aparecem nos gráficos e no texto relacionam-se com os anos de referência do IPRS. Apenas na dimensão riqueza, esses anos coincidem com aqueles de referência das variáveis originais. Na dimensão longevidade, para o IPRS-92, as taxas de mortalidade referem-se à média do período 1993-95, para o IPRS-97 à do período 1997-99 e, para o IPRS-2000 à do período 1999-01. Na dimensão escolaridade, os anos de referência das variáveis originais são 1996 e 2000, respectivamente às duas edições do IPRS.



Dourado, Santa Ernestina e Trabiju, que diminuíram, e Motuca, no qual permaneceu estável. A maioria dos municípios da região apresenta indicadores de longevidade satisfatórios, somente em Trabiju, Santa Ernestina, Rincão e Ibitinga estão abaixo da média estadual. Nos municípios mais bem posicionados, como Gavião Peixoto, Motuca, Dobrada e Santa Rita do Passa Quatro, os escores de longevidade variam entre 74 e 77.<sup>10</sup>

Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão longevidade, entre 1997 e 2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 16,4 para 12,9, sendo a média do Estado, em 2000, de 16,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) passou de 18,4 para 16,5 e a média do Estado, em 2000, foi de 18,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 1,8 para 1,6, enquanto a média do Estado, em 2000, correspondeu a de 2,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 43,0 para 39,4, ficando um pouco abaixo da média do Estado, em 2000 (39,7).

Houve, portanto, redução de todas as variáveis de mortalidade na região, embora nem todos seus municípios tenham apresentado este mesmo movimento. As taxas de mortalidade perinatal e de pessoas entre 15 e 39 anos aumentaram em Descalvado e aquelas referentes à mortalidade perinatal e de idosos cresceram em Ribeirão Bonito. Mesmo assim, as taxas de mortalidade para o conjunto da Região Administrativa Central

encontram-se em patamares mais favoráveis que as médias estaduais.

No caso da dimensão escolaridade, a Região Administrativa Central também situa-se num patamar superior ao do conjunto do Estado. Estão bem posicionados os municípios de Araraquara, Cândido Rodrigues, Descalvado, Dourado, Matão, Santa Rita do Passa Quatro e São Carlos, com escores entre 90 e 93. Entretanto, mais da metade dos municípios desta região não alcançou o escore médio do Estado (87). Entre esses estão Américo Brasiliense (84), Rincão (84), Itápolis (82), Borborema (81), Taquaritinga (81), Ibitinga (80) e Ribeirão Bonito (80), além de outros cinco municípios que apresentam os escores mais baixos da região: Trabiju (69), Boa Esperança do Sul (70), Tabatinga (71), Gavião Peixoto (72) e Ibaté (73).

Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão escolaridade, entre 1997 e 2000:

- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental aumentou de 51,5% para 69,9%, acima da média do Estado (65,6%), em 2000;
- a parcela de jovens de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio passou de 27,5% para 45,0%, sendo a média do Estado, em 2000, de 44,6%;
- a proporção de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo variou de 94,2% para 96,3%, enquanto a média do Estado, em 2000, foi de 95,7%;
- o percentual de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo variou ligeiramente de 96,5 % para 96,6%, equivalendo-se à média do Estado (96,6%), em 2000;

<sup>10</sup> O indicador de longevidade, construído a partir de diferentes taxas de mortalidade, é sujeito a grande variabilidade nos municípios de pequeno porte, razão pela qual as taxas de mortalidade utilizadas correspondem à média de três anos, conforme a nota anterior. Mesmo utilizando esse critério, o indicador e as variáveis que o compõem não estão totalmente isentos desse problema, o que implica a necessidade de ser analisado com cuidado, em especial nos pequenos municípios.

- a participação da rede municipal no total do ensino fundamental público cresceu de 27,1% para 28,4%, sendo a média do Estado, em 2000, de 29,2%.

Tais informações revelam que os indicadores de cobertura dos ensinos fundamental e médio da Região Administrativa Central superam a média estadual. Os indicadores de alfabetização de pessoas entre 15 e 24 são praticamente iguais aos do conjunto do Estado, entretanto, a participação da rede municipal na oferta de vagas no ensino fundamental público é ligeiramente inferior.

Uma apreciação geral do comportamento da Região Administrativa Central, realizada por meio do IPRS, indica que seu desempenho econômico ficou pouco abaixo do conjunto do Estado. Apesar de o consumo de energia elétrica nos setores primário e terciário ter aumentado, não foi suficiente para elevar o escore de riqueza, pois houve decréscimo no consumo de energia elétrica residencial, no rendimento médio do emprego formal e no valor adicionado *per capita*.

Entre os municípios que mais ampliaram o consumo de energia elétrica na agricultura e nos serviços, destacam-se Porto Ferreira, Rincão e, sobretudo, Santa Rita do Passa Quatro. Nos municípios de Motuca, Ribeirão Bonito e Santa Ernestina, esse indicador decresceu, apresentando queda significativa em Trabiju. Em relação ao valor adicionado fiscal *per capita*, houve aumento em Boa Esperança do Sul, Gavião Peixoto, Matão, Motuca, Porto Ferreira e Santa Lucia, apesar de a variável ter diminuído para o conjunto da região. Em Américo Brasiliense, especialmente, essa redução foi mais expressiva. Quanto ao comportamento dos salários médios reais, houve retração na maioria dos municípios, exceto em Cândia

do Rodrigues, Dourado, Rincão, Santa Rita do Passa Quatro e Trabiju, que registraram pequeno aumento.

As variáveis de mortalidade apresentaram-se, em geral, decrescentes. Em alguns municípios, entretanto, seus patamares são ainda excessivamente elevados – como as taxas de mortalidade infantil e perinatal em Trabiju. As taxas de mortalidade de jovens e adultos encontram-se bem abaixo da média estadual (2,2 óbitos por mil habitantes), chegando a ser inferior a 1,0 em Cândido Rodrigues, Dourado, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Motuca e Ribeirão Bonito.

Por fim, a evolução do indicador de escolaridade foi claramente positiva para o conjunto da região, com progressos visíveis em todas as suas variáveis. Significativos avanços foram observados na cobertura dos ensinos fundamental e médio. Alguns municípios ampliaram em mais de 20 pontos percentuais a parcela da população jovem com o ensino fundamental completo, como Américo Brasiliense, Dourado, Fernando Prestes, Ibaté, Motuca, Nova Europa, Santa Lucia e Trabiju. Quanto à população juvenil com ensino médio completo, os casos de maior êxito foram os de Américo Brasiliense, Dobrada, Ibaté, Motuca, Nova Europa, Santa Ernestina, Santa Lucia e Trabiju, que chegaram a dobrar e até a triplicar, como Trabiju, a porcentagem de pessoas entre 20 e 24 anos que concluíram o ensino médio. Somente sete municípios (Borborema, Dourado, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Itápolis, Santa Ernestina e Tabatinga) apresentam participação muito limitada da rede municipal no ensino fundamental público.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	853.866
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	77,50
Número de Domicílios Particulares Permanentes	225.441
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,8
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,5
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	10,7
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,73

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
 (2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

## AMÉRICO BRASILIENSE

Classificado em 1992 no Grupo 5 do IPRS, Américo Brasiliense passou em 1997 para o Grupo 3 e manteve-se nesta posição em 2000, juntamente com os demais municípios de baixo desenvolvimento econômico e com bons níveis de longevidade e escolaridade.

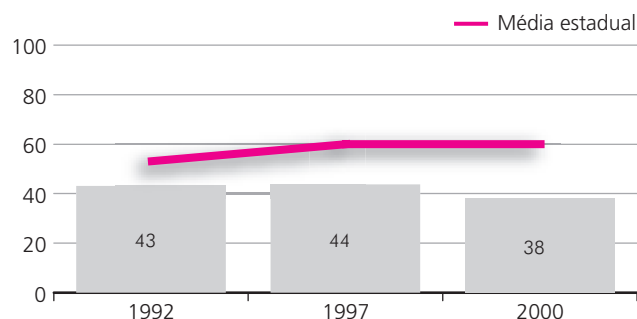


### Riqueza: queda do valor adicionado fiscal

Américo Brasiliense ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 237<sup>a</sup>

2000 – 371<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços oscilou de 7,8 MW para 8,1 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial variou de 2,0 MW para 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 537 para R\$ 441;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 5.895 para R\$ 1.419.

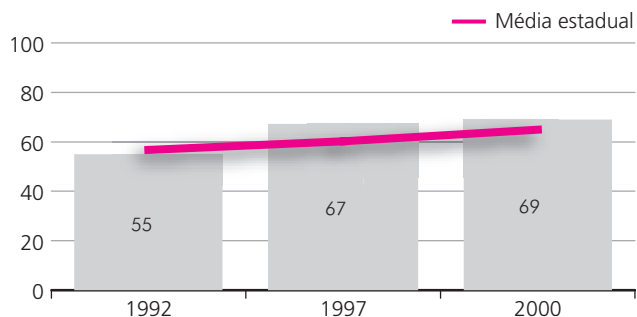
Praticamente todas as variáveis dessa dimensão apresentaram movimento desfavorável, exceto o consumo produtivo de energia elétrica, que teve crescimento muito pequeno. Esse resultado explica a diminuição do indicador de riqueza – de 44 para 38 –, deixando o município ainda mais distante da média regional (50).

### Longevidade: mortalidade infantil apresenta decréscimo

Américo Brasiliense ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 213<sup>a</sup>

2000 – 254<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

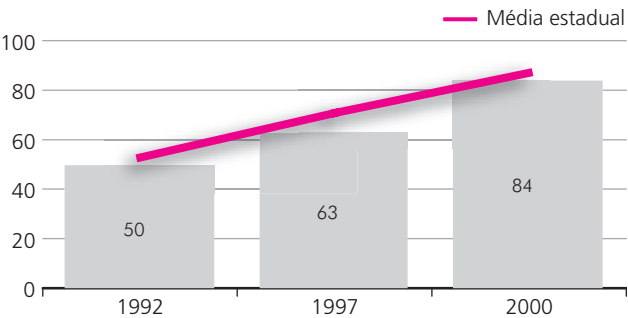
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 12,6 para 11,3;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 14,8 para 16,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 1,6 para 1,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 50,8 para 43,9.

Foram registrados decréscimos nas taxas de mortalidade infantil e dos idosos e aumento nas de mortalidade perinatal e das pessoas entre 15 e 39 anos. Esse movimento explica o pequeno crescimento do indicador longevidade – de 67 para 69 –, insuficiente para fazê-lo progredir no *ranking*.

Escolaridade: aumento da conclusão nos ensinos fundamental e médio

Américo Brasiliense ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 341ª  
2000 – 256ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de jovens entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 42,9% para 67,8%;
- aumentou de 18,5% para 37,3% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio completo;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 94,1% para 95,4% e o daquelas entre 15 e 24 anos oscilou de 95,5% para 96,0%;
- a participação da rede municipal na oferta de ensino público fundamental variou de 62,9% para 62,6%.

Os avanços mais significativos ocorreram na cobertura dos ensinos fundamental e médio, o que contribuiu para a elevação desse indicador de 63 para 84, diminuindo a diferença em relação à média regional (89).

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	28.196
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	222,02
Número de Domicílios Particulares Permanentes	7.290
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,5
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,5
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	21,4
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,69

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Em escolaridade foram obtidos avanços nas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio e, em longevidade, houve pequeno progresso em seu indicador. Entretanto, na dimensão riqueza, observaram-se aspectos não favoráveis, principalmente em relação ao comportamento do salário médio do emprego formal e do valor adicionado fiscal *per capita*.

Ranking 2000

371ª Riqueza

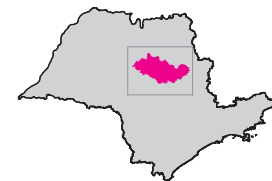
254ª Longevidade

256ª Escolaridade



## ARARAQUARA

Na última edição do IPRS, Araraquara classificou-se no Grupo 1. Esse grupo reúne os municípios com os melhores indicadores socioeconômicos. Verificaram-se avanços significativos na dimensão escolaridade, pequeno crescimento no indicador de longevidade e estabilidade no quesito riqueza.

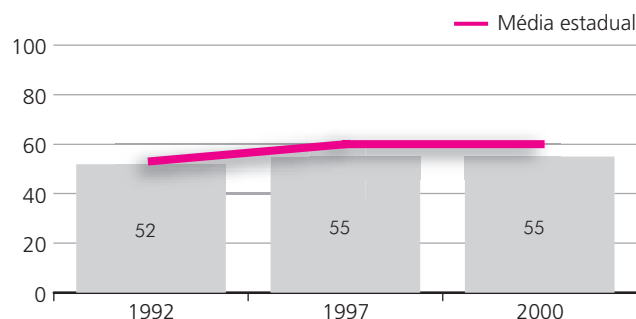


### Riqueza: comportamento discreto

Araraquara ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 74<sup>a</sup>

2000 – 68<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 13,0 MW para 15,5 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação variou de 2,5 MW para 2,4 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 675 para R\$ 624;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 5.643 para R\$ 4.752.

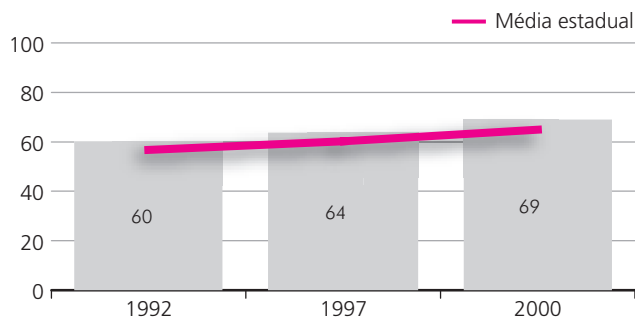
O aumento no consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços foi contrabalançado pelo decréscimo observado nas demais variáveis. Esse movimento explica a manutenção do indicador de riqueza suficiente para Araraquara avançar no *ranking* desta dimensão.

### Longevidade: decréscimo das taxas de mortalidade

Araraquara ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 304<sup>a</sup>

2000 – 250<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 15,8 para 13,6;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) decresceu de 18,8 para 16,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 2,2 para 1,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 43,1 para 39,4.

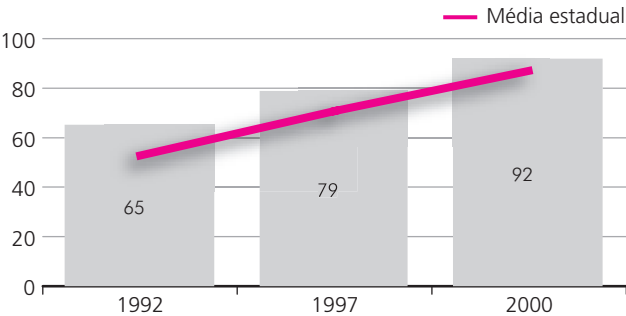
Foram registrados decréscimos modestos em todas as taxas de mortalidade. Esse movimento explica o pequeno crescimento do indicador longevidade – de 64 para 69 –, que colocou o município ligeiramente abaixo da média regional (70) e o fez progredir no *ranking*.



Escolaridade: cresce a cobertura nos ensinos fundamental e médio

Araraquara ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 38ª  
2000 – 79ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental elevou-se de 59,0% para 77,3%;
- aumentou de 34,1% para 55,1% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio completo;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 95,2% para 96,4% e o daquelas de 15 a 24 anos, oscilou de 97,6% para 97,0%;
- a participação da rede municipal na oferta de ensino público fundamental variou de 15,3% para 15,9%.

Os avanços mais significativos foram obtidos na cobertura dos ensinos fundamental e médio, o que contribuiu para a elevação desse indicador – de 79 para 92 –, superando a média regional (89), mas insuficiente para fazê-lo avançar no *ranking*.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	182.240
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	180,26
Número de Domicílios Particulares Permanentes	51.237
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,7
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	8,8
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,79

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Na última tomada do IPRS, a manutenção da classificação de Araraquara no Grupo 1 refletiu o aumento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio e os pequenos avanços obtidos nas taxas de mortalidade. Na dimensão riqueza, entretanto, aspectos menos favoráveis foram observados, principalmente em relação ao comportamento do salário médio e do valor adicionado fiscal *per capita*.

Ranking 2000

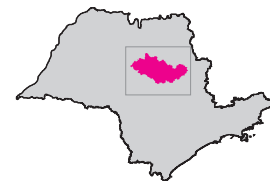
68ª  
Riqueza

250ª  
Longevidade

79ª  
Escolaridade

## BOA ESPERANÇA DO SUL

Classificado no Grupo 5, em 1992, Boa Esperança do Sul passou para o Grupo 4, em 1997, e manteve-se nesta posição, em 2000. Esse grupo reúne os municípios com baixo nível de riqueza e baixo nível de longevidade ou escolaridade. A manutenção do município nesse grupo deve-se ao tímido desempenho nas dimensões riqueza e escolaridade.

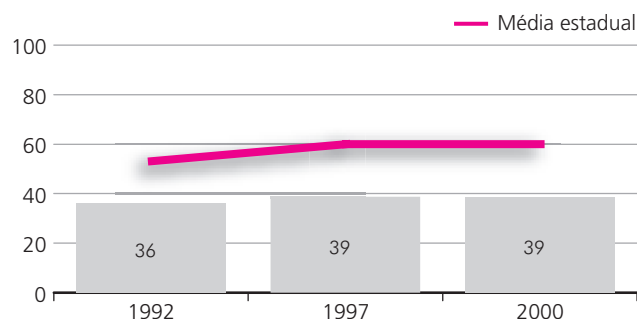


### Riqueza: comportamento modesto das variáveis econômicas

Boa Esperança do Sul ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 354<sup>a</sup>

2000 – 340<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 9,5 MW para 10,1 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial variou de 1,8 MW para 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 349 para R\$ 313;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 4.590 para R\$ 4.944.

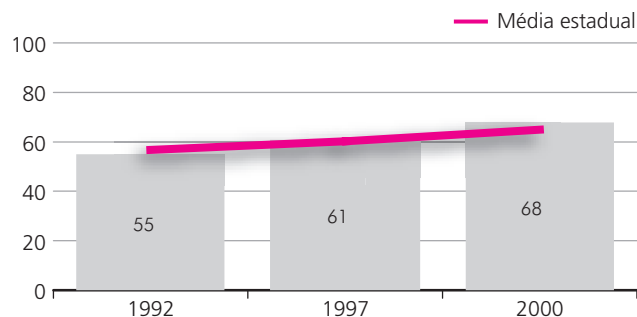
O aumento do consumo de energia doméstica e produtiva e do valor adicionado fiscal *per capita* foi contrabalançado pelo decréscimo do rendimento médio do emprego formal. Isto explica a manutenção do indicador riqueza em 39.

### Longevidade: queda nas taxas de mortalidade infantil e perinatal

Boa Esperança do Sul ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 384<sup>a</sup>

2000 – 279<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

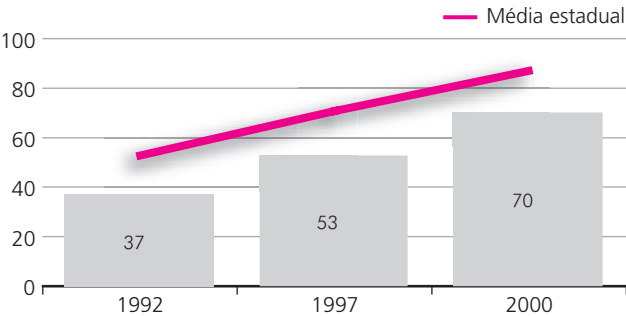
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 21,6 para 15,2;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) reduziu-se de 21,4 para 13,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 1,9 para 1,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) aumentou de 43,5 para 46,4.

Os dados mostram queda em todas as taxas de mortalidade, com exceção daquela referente às pessoas com mais de 60 anos, que registrou aumento. Mesmo assim, o município avançou várias posições no *ranking*.

Escolaridade: progressos tímidos

Boa Esperança do Sul ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 534<sup>a</sup>  
2000 – 568<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de jovens entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental elevou-se de 31,5% para 47,3%;
- aumentou de 14,1% para 24,7% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio completo;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 91,8% para 97,9% e o daquelas entre 15 e 24 anos oscilou de 94,9% para 95,0%;
- a participação da rede municipal na oferta de ensino público fundamental variou de 55,4% para 55,5%.

Os resultados mostram pequenos progressos nessa dimensão, assim, o município continua muito abaixo dos níveis médios estaduais e não conseguiu manter sua classificação neste *ranking*.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	12.551
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	18,73
Número de Domicílios Particulares Permanentes	2.980
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,9
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,3
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	14,1
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,65

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Na dimensão riqueza os avanços foram modestos, ocorrendo, inclusive, redução do rendimento médio dos empregados no setor formal. Em longevidade, as taxas de mortalidade infantil e perinatal diminuíram bastante. Já em escolaridade, o comportamento positivo foi insuficiente para melhorar a situação do município em relação ao restante do Estado.

Ranking 2000

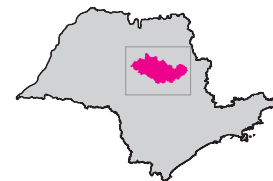
340<sup>o</sup>  
Riqueza

279<sup>o</sup>  
Longevidade

568<sup>o</sup>  
Escolaridade

## BORBOREMA

Na edição do IPRS, em 1992, Borborema classificou-se no Grupo 4, passando para o Grupo 3, em 1997, e mantendo-se nesta posição, em 2000. Esse grupo reúne os municípios de baixo desenvolvimento econômico e com bons níveis em longevidade e escolaridade.

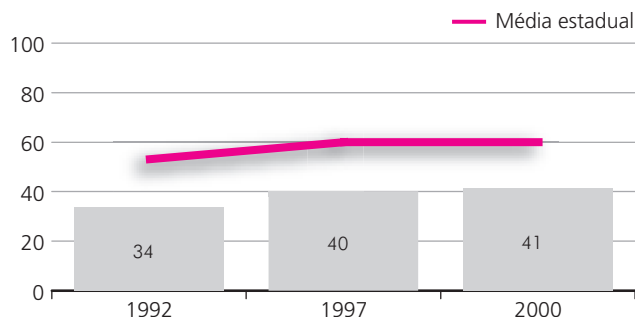


### Riqueza: redução do valor adicionado fiscal *per capita*

Borborema ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 312<sup>a</sup>

2000 – 292<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 6,7 MW para 7,8 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial manteve-se estabilizado em 2,2 MW;
- o rendimento médio do emprego formal manteve-se praticamente estável, oscilando de R\$ 337 para R\$ 331;
- o valor adicionado fiscal *per capita* decresceu de R\$ 3.649 para R\$ 2.578.

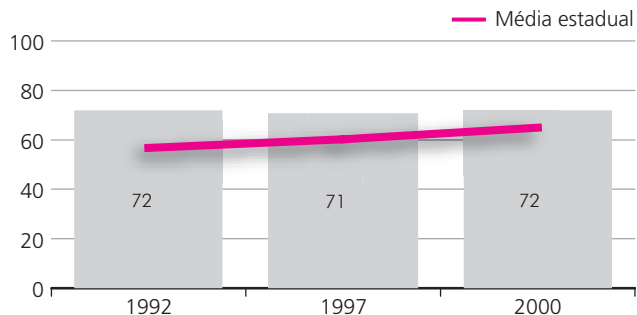
Ao lado do aumento do consumo produtivo de energia elétrica, nota-se que o valor adicionado fiscal *per capita* registrou decréscimo. Com isso, o indicador riqueza passou de 40 para 41, abaixo da média regional (50), mas suficiente para Borborema melhorar sua classificação neste *ranking*.

### Longevidade: queda na taxa de mortalidade perinatal

Borborema ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 121<sup>a</sup>

2000 – 160<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

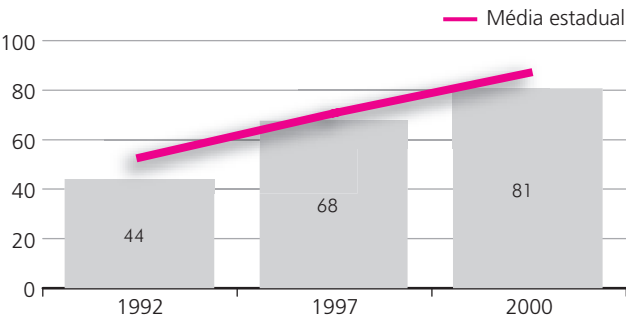
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) oscilou de 13,4 para 13,7;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) decresceu de 18,2 para 11,9;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 1,2 para 1,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) passou de 36,6 para 39,7.

Apenas a taxa de mortalidade perinatal decresceu, pois as demais registraram pequeno aumento. Mesmo assim, o indicador de longevidade elevou-se ligeiramente, mas não impediu que Borborema perdesse posição neste *ranking*.

Escolaridade: cresce a taxa de conclusão nos ensinos fundamental e médio

Borborema ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 225<sup>a</sup>  
2000 – 341<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de jovens entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental, elevou-se de 49,2% para 66,6%;
- aumentou de 24,7% para 36,9% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio completo;
- a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 94,7% para 97,6% e a daquelas entre 15 e 24 anos oscilou de 96,5% para 94,1%;
- manteve-se inexistente a participação da rede municipal na oferta de ensino público fundamental.

Os avanços mais significativos foram obtidos na cobertura dos ensinos fundamental e médio, o que contribuiu para a elevação desse indicador, de 68 para 81, porém, o fraco desempenho de outras variáveis, levou o município a perder muitas posições no ranking.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	13.183
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	24,19
Número de Domicílios Particulares Permanentes	3.180
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	97,9
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,7
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,3
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	7,9
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,61

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A maioria das variáveis que compõem as três dimensões do IPRS apresentou tímido comportamento, mas Borborema manteve-se classificado no grupo 3.

Ranking 2000

292<sup>o</sup>  
Riqueza

160<sup>o</sup>  
Longevidade

341<sup>o</sup>  
Escolaridade

## CÂNDIDO RODRIGUES

Em 1992, Cândido Rodrigues classificou-se no Grupo 5, passou para o Grupo 4, em 1997, e já integra o Grupo 3, em 2000. Esse grupo reúne os municípios com baixo nível de riqueza e com bons níveis de escolaridade e longevidade. Essa mudança ocorreu em função da reclassificação dessa última dimensão, na qual o município passou a ser considerado de média longevidade.

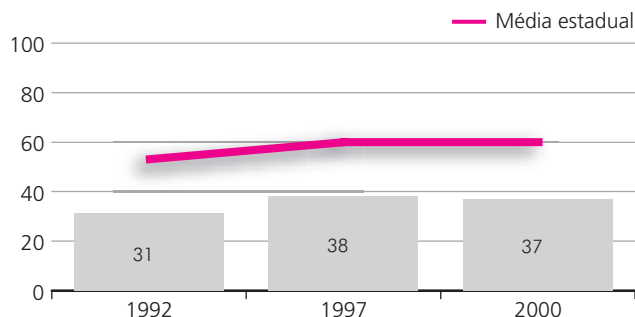


### Riqueza: queda do valor adicionado fiscal *per capita*

Cândido Rodrigues ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 365<sup>a</sup>

2000 – 390<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 5,5 MW para 5,9 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial manteve-se estabilizado em 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 389 para R\$ 398;
- o valor adicionado fiscal *per capita* decresceu de R\$ 2.808 para R\$ 1.451.

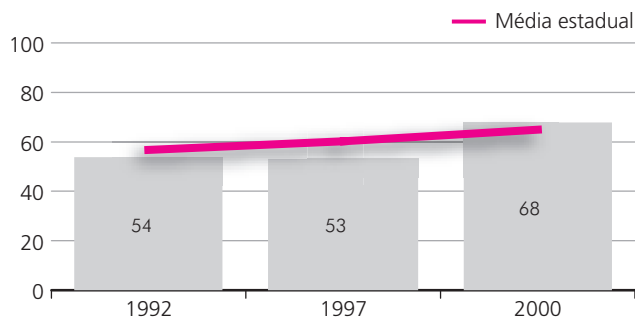
A despeito do pequeno aumento no consumo produtivo de energia e do rendimento médio, ainda que mantidos em patamares baixos, o valor adicionado fiscal *per capita* registrou redução. Com isso, o indicador de riqueza passou de 38 para 37, bem abaixo da média regional (50).

### Longevidade: importante redução da taxa de mortalidade infantil

Cândido Rodrigues ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 547<sup>a</sup>

2000 – 280<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

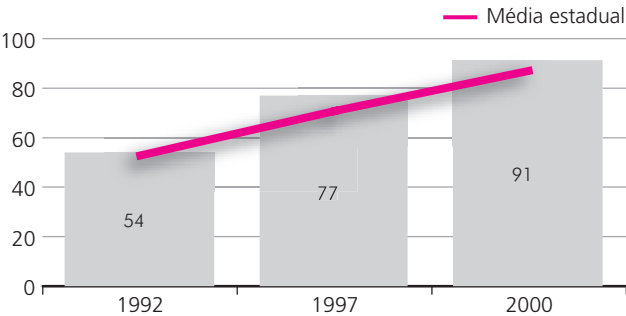
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 22,5 para 14,1;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) decresceu de 39,5 para 32,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 1,3 para 0,0;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) passou de 39,7 para 34,4.

Os progressos observados em todas as variáveis analisadas, sobretudo nas taxas de mortalidade infantil e das pessoas de 15 a 39 anos, explicam o crescimento do indicador longevidade, de 53 para 68, aproximando o município da média regional (70) e fazendo-o avançar no *ranking*. Vale destacar que o município possui população pequena, portanto, sujeito a maiores variações.

Escolaridade: crescimento na cobertura dos ensinos fundamental e médio

Cândido Rodrigues ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 68ª  
2000 – 93ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de jovens entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 52,2% para 60,0%;
- aumentou de 34,4% para 43,9% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio completo;
- a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 94,3% para 100,0% e a daquelas entre 15 e 24 anos oscilou de 95,9% para 97,8%;
- a participação da rede municipal na oferta de ensino público fundamental manteve-se integral.

Os avanços mais significativos foram obtidos nos ensinos fundamental e médio, o que contribuiu para a elevação do indicador dessa dimensão, mas não o suficiente para manter sua posição neste ranking.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	2.610
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	37,29
Número de Domicílios Particulares Permanentes	619
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,6
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,6
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	100,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	2,9
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,77

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Na dimensão riqueza, houve pequena retração. Verificaram-se progressos significativos na dimensão escolaridade e, sobretudo, na longevidade, fazendo com que o município passasse para o grupo 3 do IPRS.

Ranking 2000

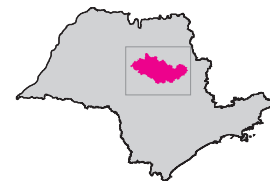
390ª Riqueza

280ª Longevidade

93ª Escolaridade

## DESCALVADO

Classificado em 1992 no Grupo 4, Descalvado passou para o Grupo 1, em 1997, e manteve-se nesta posição, em 2000. Esse grupo reúne os municípios com alto nível de riqueza e bons níveis de longevidade e/ou escolaridade. Embora seu desempenho em alguns componentes da dimensão longevidade tenha sido desfavorável, não provocou sua reclassificação.

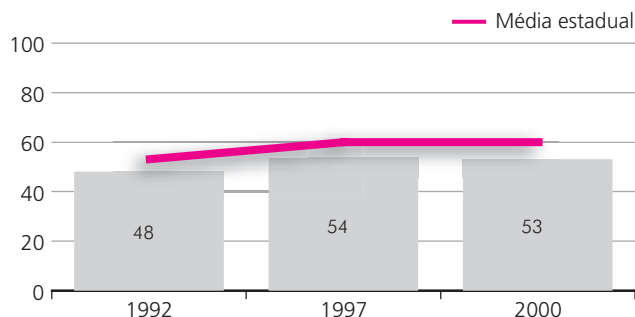


### Riqueza: redução do valor adicionado *per capita*

Descalvado ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 86<sup>a</sup>

2000 – 88<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 15,9 MW para 16,9 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial oscilou de 2,4 MW para 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 523 para R\$ 508;
- o valor adicionado fiscal *per capita* reduziu-se de R\$ 7.051 para R\$ 6.638.

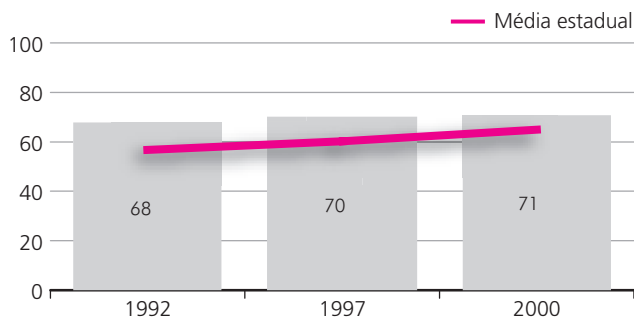
O aumento no consumo produtivo de energia foi contrabalançado pelos movimentos desfavoráveis no valor adicionado fiscal *per capita*, no consumo residencial de energia e no rendimento médio do emprego formal. Com isso, o indicador de riqueza reduziu-se de 54 para 53, mantendo o município pouco acima da média regional (50).

### Longevidade: redução importante da taxa de mortalidade infantil

Descalvado ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 144<sup>a</sup>

2000 – 182<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 14,8 para 9,0;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 14,7 para 17,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 1,3 para 1,5;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 43,5 para 39,6.

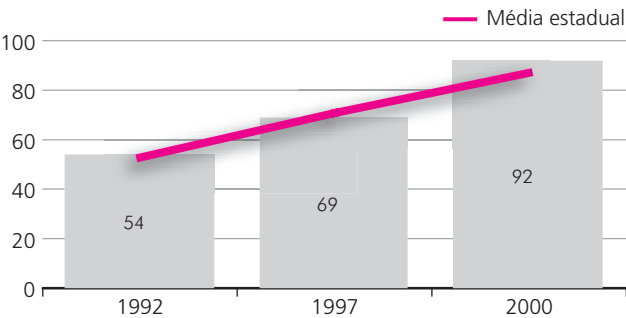
Os progressos observados nas taxas de mortalidade infantil e dos idosos explica o pequeno crescimento do indicador de longevidade – de 70 para 71 –, mantendo o município pouco acima da média regional (70), mas fazendo-o perder algumas posições no *ranking*.



Escolaridade: aumento da cobertura dos ensinos fundamental e médio

Descalvado ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 216<sup>a</sup>  
2000 – 83<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de jovens entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 46,5% para 70,3%;
- aumentou de 25,9% para 46,7% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio completo;
- a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 93,6% para 97,6% e a daquelas entre 15 e 24 anos oscilou de 96,3% para 96,2%;
- a participação da rede municipal na oferta de ensino público fundamental aumentou de 52,6% para 58,7%.

Os resultados foram bons em todos os componentes dessa dimensão, com destaque para as proporções de jovens que concluíram os ensinos fundamental e médio. O indicador subiu de 69 para 92, ultrapassando a média regional (89) e elevando a classificação deste município no *ranking*.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	28.889
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	38,88
Número de Domicílios Particulares Permanentes	6.594
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,4
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,6
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,5
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	5,9
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,70

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Na dimensão riqueza houve pequena retração, em função das quedas na maioria de seus componentes. O indicador de longevidade registrou leve aumento, mas com destaque para a queda da mortalidade infantil. No entanto, cresceu a taxa de mortalidade perinatal. Os melhores resultados foram obtidos em escolaridade, levando Descalvado a se destacar nessa dimensão.

Ranking 2000

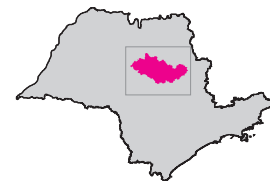
88<sup>o</sup>  
Riqueza

182<sup>o</sup>  
Longevidade

83<sup>o</sup>  
Escolaridade

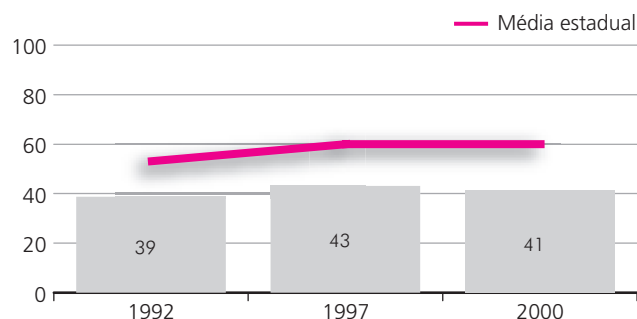
## DOBRADA

Desde a primeira edição do IPRS, Dobrada mantém-se no Grupo 4 do IPRS. Esse grupo reúne os municípios com baixo indicador de riqueza e com nível razoável de escolaridade ou longevidade. Embora tenha avançado nas dimensões sociais, não foi capaz de melhorar sua classificação.



### Riqueza: pequena retração

Dobrada ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 255<sup>a</sup>  
2000 – 308<sup>a</sup>



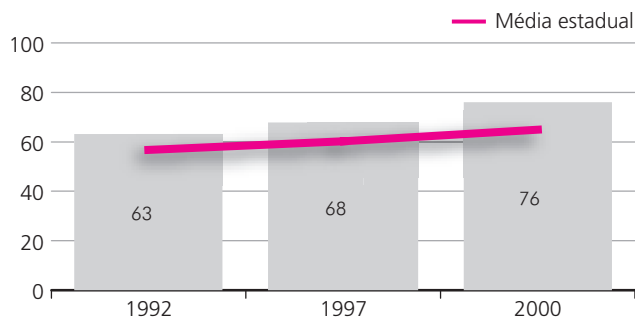
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 8,3 MW para 8,6 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial manteve-se estabilizado em 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 557 para R\$ 417;
- o valor adicionado fiscal *per capita* decresceu de R\$ 2.317 para R\$ 2.148.

O pequeno aumento no consumo produtivo de energia não foi contrabalançado pelos movimentos desfavoráveis registrados no valor adicionado fiscal *per capita* e no rendimento médio do emprego formal. Com isso, o indicador riqueza reduziu-se, de 43 para 41, mantendo o município abaixo da média regional (50) e fazendo-o perder algumas posições neste *ranking*.

### Longevidade: queda generalizada da mortalidade

Dobrada ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 188<sup>a</sup>  
2000 – 71<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

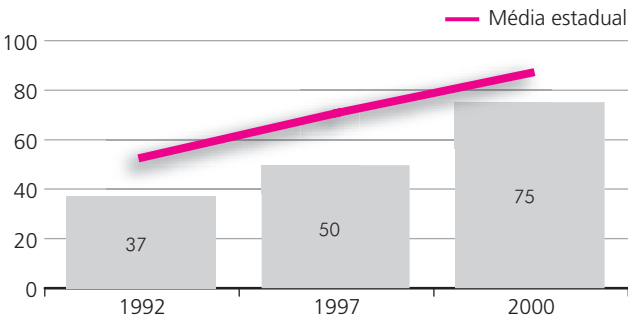
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 19,5 para 16,1;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) decresceu de 16,3 para 13,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 1,5 para 1,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 40,5 para 27,2.

Todas as taxas de mortalidade diminuíram, principalmente a de pessoas com mais de 60 anos, o que justifica o crescimento do indicador longevidade, de 68 para 76, deixando o município ainda mais acima da média regional e avançando bastante neste *ranking*.

Escolaridade: cresce a taxa de conclusão nos ensinos fundamental e médio

Dobra ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 579<sup>a</sup>  
2000 – 481<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 37,9% para 57,3%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído aumentou de 16,4% para 38,9%;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 90,9% para 92,6% e o daquelas entre 15 a 24 anos oscilou de 91,2% para 94,5%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino público fundamental manteve-se inexistente.

Os avanços mais significativos foram obtidos na cobertura dos ensinos fundamental e médio, contribuindo para a elevação desse indicador, de 50 para 75, ainda abaixo da média regional.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	7.006
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	45,49
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.762
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	95,4
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,7
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	19,4
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,84

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Na última tomada do IPRS, a manutenção da classificação de Dobrada no Grupo 4 refletiu o aumento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio e os avanços obtidos sobretudo nas taxas de mortalidade infantil e das pessoas com mais de 60 anos. Na dimensão riqueza, o comportamento foi modesto, inclusive com redução do valor adicionado e do rendimento médio do trabalho formal.

Ranking 2000

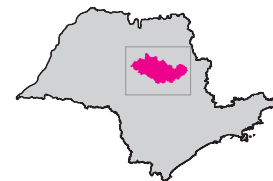
308<sup>o</sup>  
Riqueza

71<sup>o</sup>  
Longevidade

481<sup>o</sup>  
Escolaridade

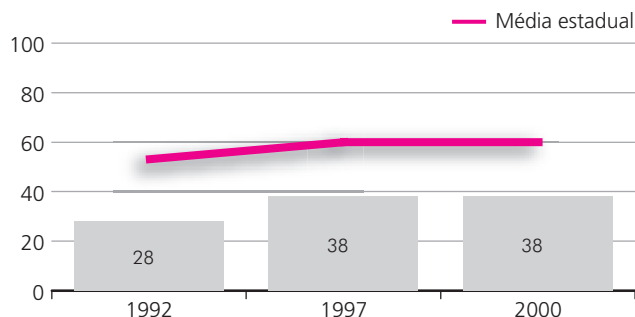
## DOURADO

Dourado vem-se mantendo desde a primeira edição no Grupo 3 do IPRS. Esse grupo reúne os municípios com baixo nível de riqueza e com bons níveis em escolaridade e longevidade. Mesmo não registrando um bom resultado na dimensão longevidade, o município manteve-se nesta classificação, em 2000.



### Riqueza: diminui o valor adicionado fiscal *per capita*

Dourado ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 375<sup>a</sup>  
2000 – 365<sup>a</sup>



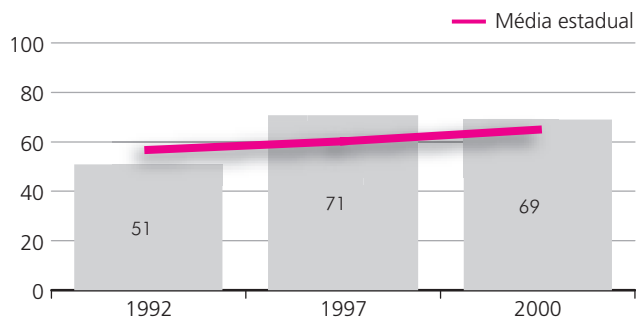
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 8,5 MW para 9,3 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial manteve-se estabilizado em 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal manteve-se praticamente estável, passando de R\$ 372 para R\$ 374;
- o valor adicionado fiscal *per capita* decresceu de R\$ 2.897 para R\$ 1.577.

O aumento no consumo produtivo de energia foi contrabalançado pelo movimento desfavorável registrado no valor adicionado fiscal *per capita*. Com isso, o indicador de riqueza manteve-se em 38, mantendo o município abaixo da média regional (50), mas permitindo-o avançar nesta escala.

### Longevidade: crescem as taxas de mortalidade infantil e perinatal

Dourado ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 128<sup>a</sup>  
2000 – 238<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

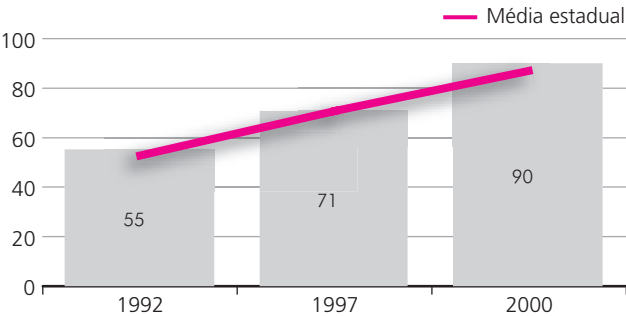
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) cresceu de 15,8 para 18,5;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 7,9 para 18,4;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) decresceu de 1,8 para 0,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 48,0 para 43,0.

Os progressos nessa dimensão foram modestos, tendo havido, inclusive, elevação das taxas de mortalidade infantil e perinatal, o que explica a pequena piora do indicador de longevidade, que passou de 71 para 69, deixando o município abaixo da média regional (70).

Escolaridade: cresce a taxa de conclusão do ensino fundamental

Dourado ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 175ª  
2000 – 124ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 48,9% para 70,7%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído aumentou de 23,9% para 38,2%;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 95,2% para 95,4% e o daquelas entre 15 a 24 anos oscilou de 96,0% para 98,3%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino público fundamental manteve-se integral.

Os resultados denotam progressos em todas as componentes dessa dimensão; o mais significativo foi obtido na cobertura do ensino fundamental, o que contribuiu para a elevação desse indicador, de 71 para 90 e para sua avolução no *ranking*.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	8.598
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	42,56
Número de Domicílios Particulares Permanentes	2.330
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,6
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,5
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	6,1
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,73

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Na dimensão riqueza, o município manteve seu indicador estagnado, em longevidade o indicador retraiu-se em função do aumento da mortalidade precoce. Em escolaridade, houve progressos significativos, sobretudo no que se refere ao ensino fundamental.

Ranking 2000

365º  
Riqueza

238º  
Longevidade

124º  
Escolaridade

## FERNANDO PRESTES

Na última edição do IPRS, Fernando Prestes passou do Grupo 3 para o Grupo 4. Isso se explica pelo aumento insuficiente registrado na dimensão escolaridade. Houve pequeno avanço no item longevidade e estabilidade em riqueza.

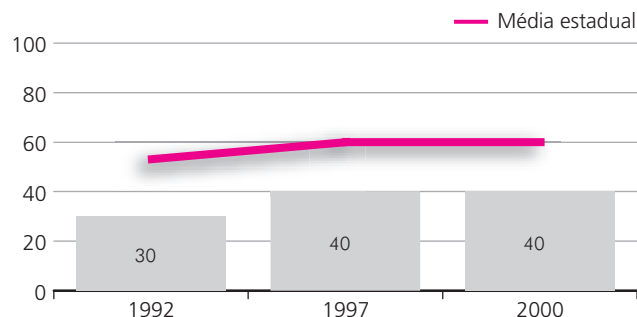


### Riqueza: diminuem o valor adicionado *per capita* e o rendimento médio

Fernando Prestes ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 330<sup>a</sup>

2000 – 323<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços, por ligação, cresceu de 5,3 MW para 5,9 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial, por ligação, manteve-se estabilizado em 2,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 468 para R\$ 451;
- o valor adicionado fiscal *per capita* decresceu de R\$ 2.614 para R\$ 2.031.

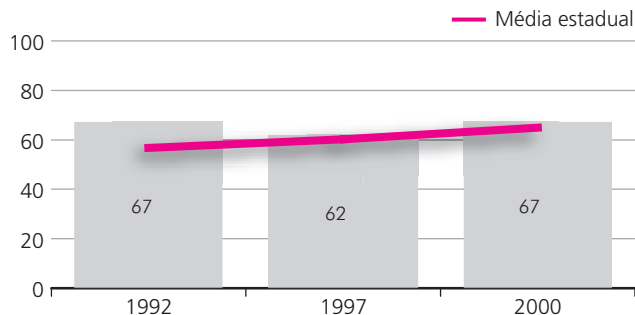
O pequeno aumento no consumo produtivo de energia foi contrabalançado pelos movimentos desfavoráveis no valor adicionado *per capita* e no rendimento médio. Com isso, o indicador riqueza manteve-se em 40 ainda abaixo da média regional (50).

### Longevidade: taxa de mortalidade infantil apresenta decréscimo modesto

Fernando Prestes ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 353<sup>a</sup>

2000 – 316<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

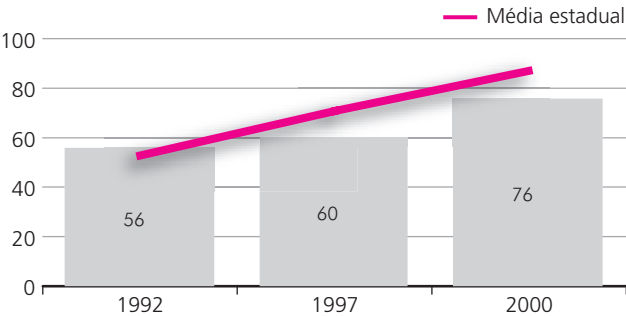
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) oscilou de 17,9 para 16,4;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) variou de 24,4 para 25,5;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) decresceu de 1,2 para 0,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 46,2 para 38,2.

O pequeno aumento da taxa de mortalidade perinatal e os progressos nas demais componentes explicam a melhora do indicador longevidade, que passou de 62 para 67.

Escolaridade: cresce a taxa de conclusão do ensino fundamental

Fernando Prestes ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 410<sup>a</sup>  
2000 – 457<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 39,6% para 64,7%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído aumentou de 19,0% para 16,8%;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 93,2% para 98,9% e o daquelas entre 15 a 24 anos oscilou de 96,3% para 98,3%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino público fundamental manteve-se inexistente.

Desperta a atenção o pequeno percentual de pessoas de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio, muito inferior em comparação à média regional.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	5.431
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	31,95
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.251
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	97,8
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,6
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,2
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	7,6
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,76

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

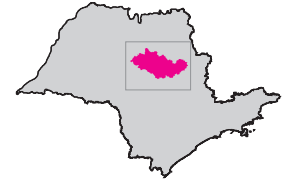
Fernando Prestes registrou pequena melhora no indicador de longevidade; na dimensão escolaridade, a alteração foi insuficiente para manter o município no Grupo 3. Já o indicador de riqueza permaneceu estável, ainda que em patamar bem inferior à média regional.

Ranking 2000

323<sup>o</sup>  
Riqueza  
316<sup>o</sup>  
Longevidade  
457<sup>o</sup>  
Escolaridade

## GAVIÃO PEIXOTO

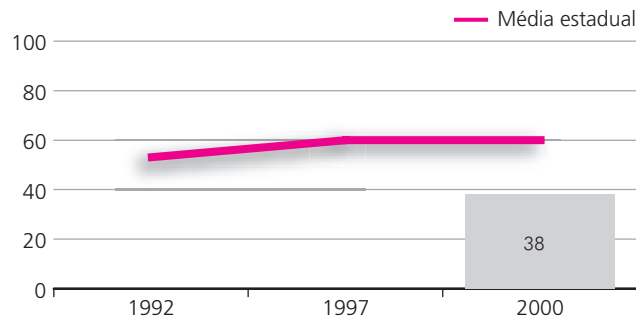
Gavião Peixoto pertence ao Grupo 4, que reúne os municípios com baixos níveis de riqueza e razoável nível de escolaridade ou de longevidade. Como este município foi instituído recentemente, não se dispõem de informações necessárias para o cálculo de seus indicadores de riqueza e escolaridade referidos a 1997.



### Riqueza: diminui o rendimento médio do emprego formal

Gavião Peixoto ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – n.d.  
2000 – 384<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

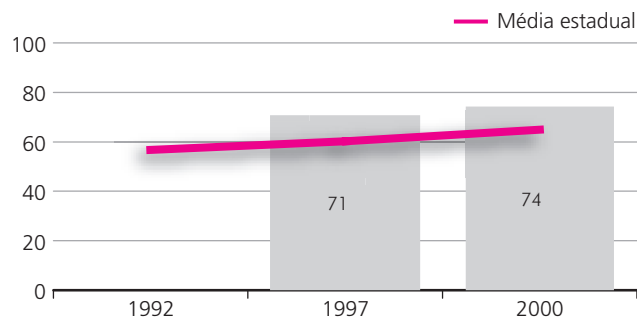
- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços, por ligação, cresceu de 16,3 MW para 18,0 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial, por ligação, manteve-se estabilizado em 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal em 2000 era R\$ 176. As informações de 1997 não são disponíveis.
- o valor adicionado *per capita* cresceu de R\$ 2.698 para R\$ 6.121.

Houve aumento no consumo produtivo de energia (que já se encontrava acima da média regional) e no valor adicionado.

### Longevidade: redução da taxa de mortalidade infantil

Gavião Peixoto ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 129<sup>a</sup>  
2000 – 109<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 20,5 para 17,4;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) decresceu de 19,2 para 17,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 1,4 para 0,9;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) aumentou de 25,7 para 29,8.

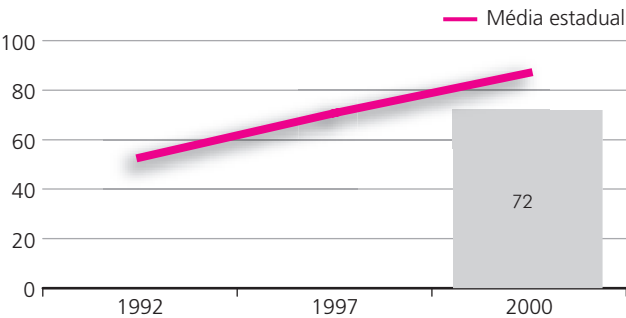
As taxas de mortalidade infantil e perinatal acusaram excelentes progressos. O indicador longevidade aumentou de 64 para 68, valor ainda abaixo da média regional (70), mas suficiente para garantir a Gavião Peixoto melhora no *ranking*.



Escolaridade: decresce a taxa de conclusão nos ensinos fundamental e médio

Gavião Peixoto ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – n.d.  
2000 – 541<sup>a</sup>



Valor das variáveis que compõem esta dimensão em 2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental era de 55,8%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído era de 21,4%;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo era de 98,5% e o daquelas entre 15 a 24 anos, de 96,0%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino fundamental era inexistente.

A situação de Gavião Peixoto nesta dimensão é preocupante, sobretudo pela baixa cobertura dos ensinos fundamental e médio.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	4.123
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	17,11
Número de Domicílios Particulares Permanentes	761
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,2
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,2
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,2
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	11,2
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,81

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Gavião Peixoto foi classificado no Grupo 4, pois se trata de município com nível de riqueza relativamente baixo e preocupante situação na dimensão escolaridade. Na dimensão longevidade, sua situação apresentou sensível melhora entre 1997 e 2000.

Ranking 2000

384º

Riqueza

109º

Longevidade

541º

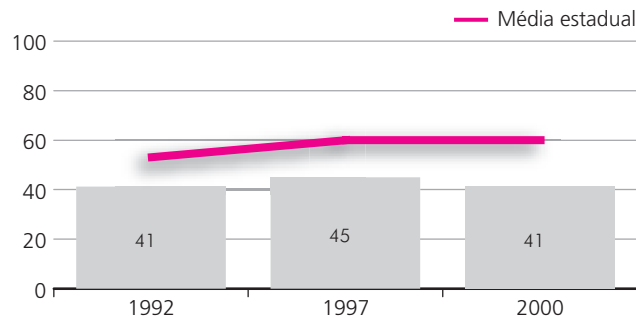
Escolaridade

Ibaté conservou sua posição no Grupo 4, com os municípios com baixos níveis de riqueza e nível intermediário de escolaridade ou de longevidade. Foram observados avanços no quesito escolaridade e, em menor proporção, na dimensão longevidade. Na dimensão riqueza, o indicador retraiu-se.



### Riqueza: diminui o rendimento médio e o valor adicionado

Ibaté ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 226<sup>a</sup>  
2000 – 286<sup>a</sup>



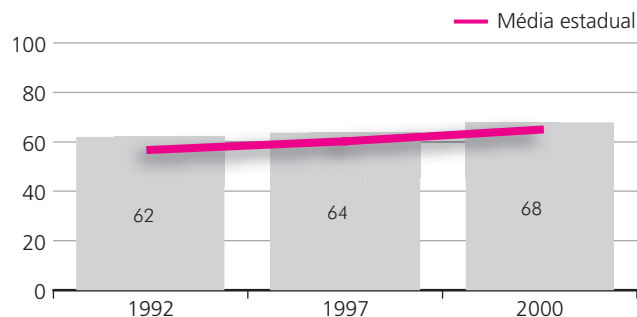
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços, por ligação, oscilou de 10,0 MW para 10,4 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial, por ligação, manteve-se estabilizado em 2,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 564 para R\$ 425;
- o valor adicionado *per capita* diminuiu de R\$ 1.936 para R\$ 1.318.

O pequeno aumento no consumo produtivo de energia foi insuficiente para contrabalançar o comportamento desfavorável do rendimento médio e do valor adicionado. Com isso, o indicador riqueza passou de 45 para 41, número que mantém o município abaixo da média regional (50) e o fez perder posições no *ranking*.

### Longevidade: taxa de mortalidade infantil acusa pequena redução

Ibaté ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 288<sup>a</sup>  
2000 – 287<sup>a</sup>



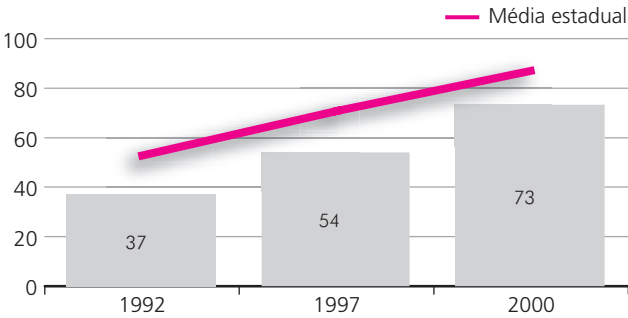
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 16,7 para 14,7;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) oscilou de 19,0 para 19,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 1,6 para 1,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 48,0 para 36,2.

Foram observados progressos nas taxas de mortalidade infantil e das pessoas com mais de 60 anos. O indicador longevidade apresentou pequena melhora, aumentando de 64 para 68 e situando-se pouco abaixo da média regional (70).

Escolaridade: cresce a taxa de conclusão nos ensinos fundamental e médio

Ibaté ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:  
1997 – 532<sup>a</sup>  
2000 – 502<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 36,1% para 58,9%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído aumentou de 15,3% para 31,5%;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 90,8% para 95,0% e o daquelas entre 15 a 24 anos oscilou de 94,3% para 93,6%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino público fundamental variou de 33,3% para 33,8%.

Os avanços foram registrados na maioria dos componentes do indicador, principalmente nas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, o que justifica a elevação desse indicador de 54 para 73 e o progresso de Ibaté no *ranking*.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	26.378
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	89,11
Número de Domicílios Particulares Permanentes	6.674
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,3
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	19,9
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,76

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Ibaté apresentou bons resultados nas dimensões longevidade e, sobretudo, escolaridade e insatisfatórios na dimensão riqueza. Com os resultados das três dimensões analisadas, entretanto o município não foi capaz de progredir na classificação do IPRS.

Ranking 2000

286<sup>o</sup>  
Riqueza

287<sup>o</sup>  
Longevidade

502<sup>o</sup>  
Escolaridade

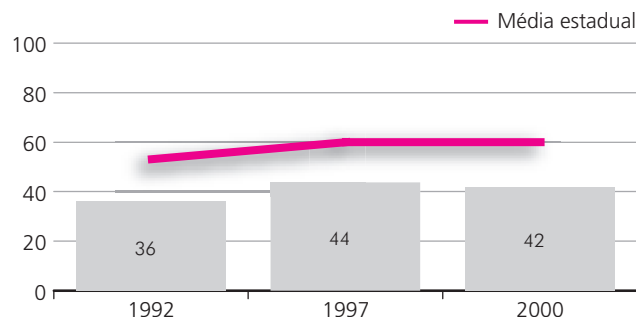
## IBITINGA

Ibitinga, na última edição do IPRS, classificou-se no Grupo 4. Esse grupo reúne os municípios com baixos níveis de riqueza municipal e níveis intermediários de longevidade e escolaridade. O quesito escolaridade registrou bom desempenho e, em menor medida, o de longevidade. Na dimensão riqueza, houve queda do indicador.



### Riqueza: diminui o rendimento médio e o valor adicionado

Ibitinga ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 238<sup>a</sup>  
2000 – 258<sup>a</sup>



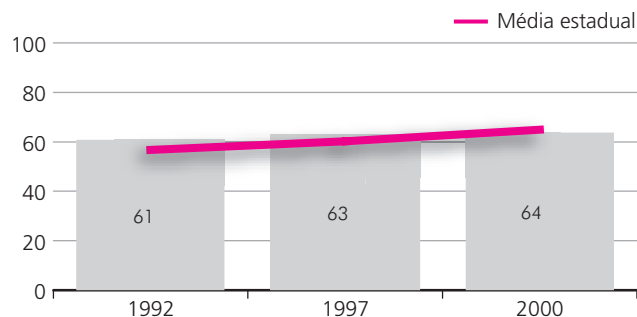
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 6,0 MW para 7,0 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial variou de 2,4 MW para 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 438 para R\$ 381;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 2.780 para R\$ 2.093.

O aumento no consumo produtivo de energia foi insuficiente para contrabalançar o comportamento desfavorável observado no rendimento médio e no valor adicionado fiscal *per capita*. Com isso, o indicador riqueza passou de 44 para 42, valor abaixo da média regional (50) e estadual (60) nessa dimensão.

### Longevidade: taxa de mortalidade infantil revela discreta redução

Ibitinga ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 328<sup>a</sup>  
2000 – 403<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

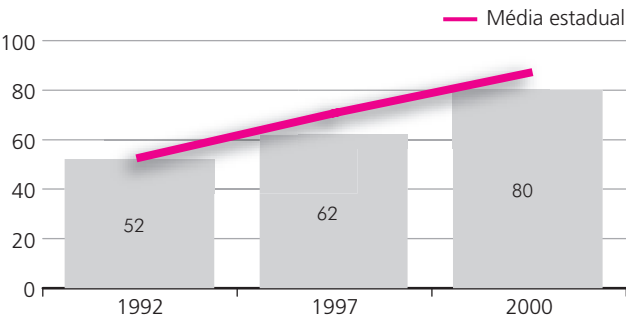
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 21,6 para 19,3;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 22,3 para 23,5;
- a taxa de mortalidade entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 1,4 para 1,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 41,0 para 40,1.

Praticamente, todas as taxas de mortalidade mantiveram-se nos mesmos patamares, mas merece destaque a pequena retração da mortalidade infantil.

Escolaridade: cresce a taxa de conclusão nos ensinos fundamental e médio

Ibitinga ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 357<sup>a</sup>  
2000 – 357<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 41,8% para 58,3%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído aumentou de 23,2% para 38,6%;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 91,5% para 96,1% e o daquelas entre 15 a 24 anos oscilou de 96,4% para 96,1%;
- a participação do ensino fundamental municipal na oferta do ensino público cresceu de 9,4% para 11,6%.

Os avanços mais significativos foram obtidos no ensino fundamental e, com menor intensidade, no ensino médio. Destaca-se também a queda do analfabetismo entre as pessoas de 10 a 14 anos, o que explica a elevação desse indicador de 62 para 80.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	46.534
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	66,86
Número de Domicílios Particulares Permanentes	12.817
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,6
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,7
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	11,2
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,67

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Mesmo avançando nas dimensões sociais do IPRS, Ibitinga não melhorou sua posição nos *rankings* de longevidade e escolaridade, uma vez que outros municípios progrediram mais intensamente.

Ranking 2000

258<sup>o</sup>  
Riqueza

403<sup>o</sup>  
Longevidade

357<sup>o</sup>  
Escolaridade

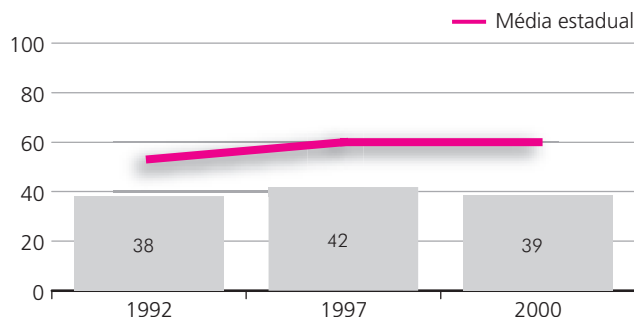
## ITÁPOLIS

Na última edição do IPRS, Itápolis manteve-se no Grupo 3 do IPRS. Esse grupo reúne os municípios com bons indicadores sociais e baixo desenvolvimento econômico. Os avanços obtidos no município foram nos quesitos escolaridade e longevidade. Já na dimensão riqueza, o comportamento foi desfavorável.



### Riqueza: diminui o rendimento médio e o valor adicionado

Itápolis ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 268<sup>a</sup>  
2000 – 335<sup>a</sup>



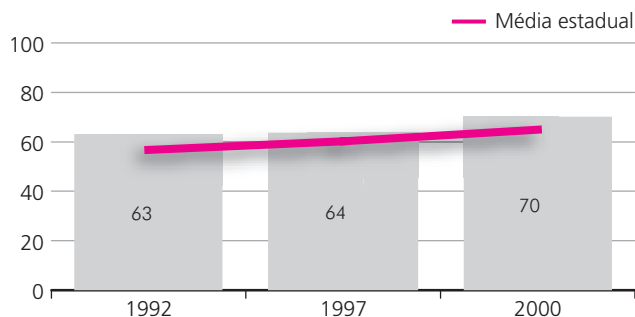
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços variou de 6,7 MW para 7,2 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial manteve-se estabilizado em 2,2 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 409 para R\$ 311;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 3.823 para R\$ 2.728.

A pequena variação positiva no consumo produtivo de energia foi insuficiente para contrabalançar o comportamento desfavorável observado no rendimento médio e no valor adicionado fiscal. Com isso, o indicador riqueza diminuiu de 42 para 39, bem abaixo da média regional (50), e Itápolis piorou sua classificação nessa dimensão.

### Longevidade: reduções importantes na mortalidade

Itápolis ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 312<sup>a</sup>  
2000 – 224<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

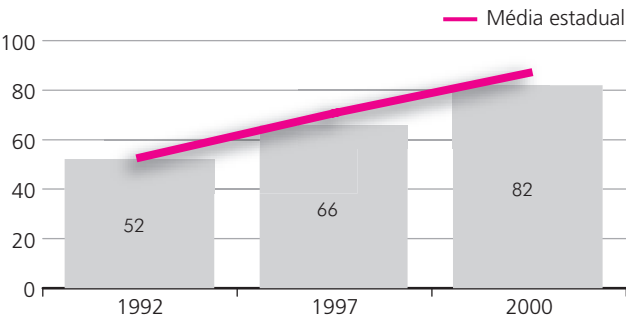
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 25,2 para 17,9;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) decresceu de 20,4 para 14,7;
- a taxa de mortalidade entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 1,4 para 1,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 39,0 para 36,8.

Os progressos mais significativos foram observados nas taxas de mortalidade infantil e perinatal, o que explica o crescimento do indicador longevidade, de 64 para 70, igualando-se à média regional (70) e conseqüente progresso no *ranking*.

Escolaridade: cresce a taxa de conclusão nos ensinos fundamental e médio

Itápolis ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 278<sup>a</sup>  
2000 – 301<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 45,3% para 62,9%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído aumentou de 23,3% para 37,9%;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 95,2% para 96,3% e o daquelas entre 15 a 24 anos oscilou de 96,0% para 96,5%;
- a participação do poder público municipal na oferta de ensino fundamental manteve-se em 4,0%.

Os resultados registrados na cobertura dos ensinos fundamental e médio não foram suficientes para Itápolis avançar na classificação de escolaridade.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	37.703
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	37,33
Número de Domicílios Particulares Permanentes	9.488
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,6
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,2
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	9,0
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,63

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Na última tomada do IPRS, a classificação de Itápolis no Grupo 3 refletiu o bom nível de cobertura dos ensinos fundamental e médio e das taxas de mortalidade infantil e perinatal. Na dimensão riqueza em que o município apresenta indicador mais baixo, houve redução, tanto no rendimento médio do trabalho como no valor adicionado *per capita*.

Ranking 2000

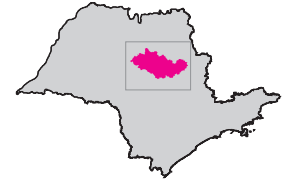
335<sup>o</sup>  
Riqueza

224<sup>o</sup>  
Longevidade

301<sup>o</sup>  
Escolaridade

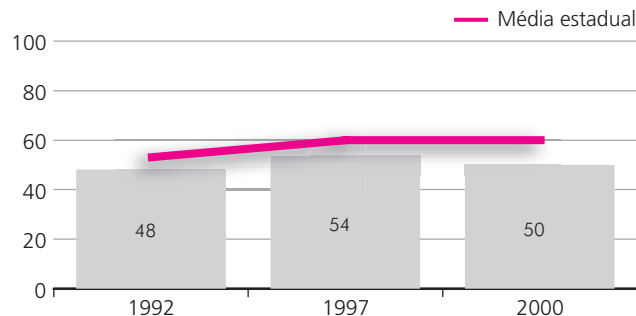
## MATÃO

Matão manteve-se no Grupo 1, em 2000, com os municípios com os melhores indicadores socioeconômicos. Os avanços obtidos no período 1997-2000 foram nos quesitos escolaridade e longevidade.



### Riqueza: cresce o valor adicionado *per capita*

Matão ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 84<sup>a</sup>  
2000 – 118<sup>a</sup>



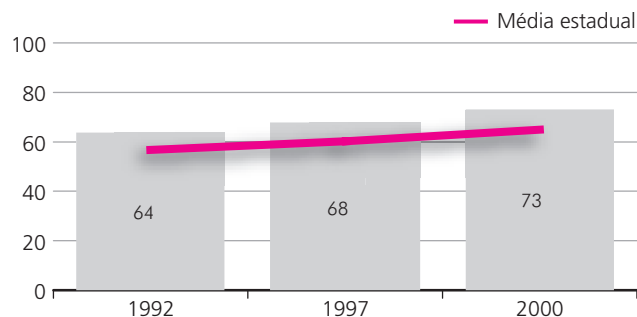
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 11,7 MW para 12,4 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial variou de 2,4 MW para 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 717 para R\$ 493;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 5.342 para R\$ 6.460.

O comportamento desfavorável de algumas variáveis econômicas implicou a diminuição desse indicador de 54 para 50. Observou-se, porém, desempenho positivo nos setores primário e terciário e aumento significativo do valor adicionado fiscal.

### Longevidade: redução importante nas taxas de mortalidade

Matão ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 186<sup>a</sup>  
2000 – 120<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 16,4 para 12,1;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) baixou de 17,6 para 15,9;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 1,4 para 1,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 41,3 para 37,3.

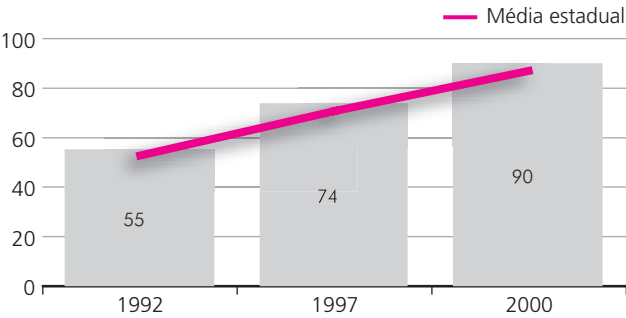
Os progressos registrados em todas as taxas de mortalidade contribuíram para o aumento da pontuação nessa dimensão, que passou de 68 para 73, posicionando o município acima da média regional (70) e próximo da média estadual (75), além de fazê-lo melhorar sua classificação nessa escala.



Escolaridade: cresce a taxa de conclusão nos ensinos fundamental e médio

Matão ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 110<sup>a</sup>  
2000 – 134<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 54,8% para 73,9%;
- aumentou de 24,4% para 43,2% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 95,8% para 96,4% e o daquelas entre 15 e 24 anos oscilou de 97,9% para 97,5%;
- a participação do poder público municipal na oferta de ensino fundamental aumentou de 17,1% para 18,7%.

Houve avanço em quase todas as variáveis, mas o mais significativo foi na cobertura do ensino fundamental, o que explica a elevação desse indicador de 74 para 90, acima dos níveis regional e estadual. Isto porém, não foi suficiente para Matão avançar neste *ranking*.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	71.669
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	138,62
Número de Domicílios Particulares Permanentes	18.694
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,9
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,5
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,4
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	9,6
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,72

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Na última edição do IPRS, a classificação de Matão no Grupo 1 refletiu o desempenho positivo nos indicadores de escolaridade e longevidade. Na dimensão riqueza, o comportamento foi de queda, porém com elevação do valor adicionado fiscal *per capita* e do consumo de energia nos setores primário e terciário.

Ranking 2000

118<sup>o</sup>  
Riqueza

120<sup>o</sup>  
Longevidade

134<sup>o</sup>  
Escolaridade

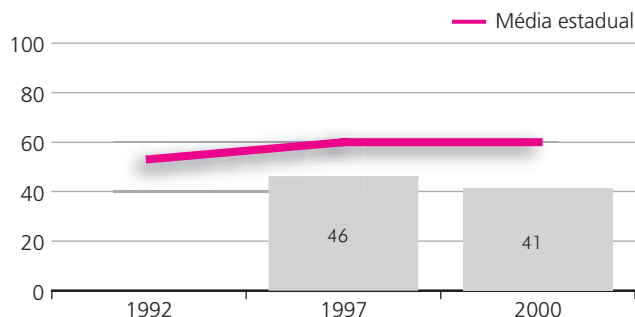
## MOTUCA

Na última edição do IPRS, Motuca manteve-se no Grupo 3. Esse grupo reúne os municípios que, em relação ao total do Estado, apresentam bons níveis de longevidade e escolaridade e baixos níveis de riqueza. Isso se deve aos avanços obtidos no quesito escolaridade e, em menor proporção, no de longevidade.



### Riqueza: diminui o rendimento médio do trabalho formal

Motuca ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 206<sup>a</sup>  
2000 – 303<sup>a</sup>



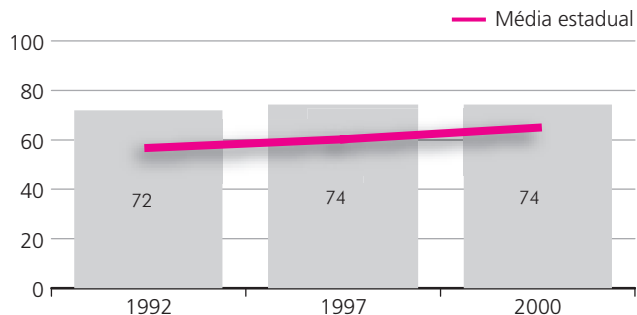
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços decresceu de 8,2 MW para 4,6 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial variou de 1,9 MW para 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 716 para R\$ 502;
- o valor adicionado fiscal *per capita* variou de R\$ 10.230 para R\$ 10.327.

Os desempenhos negativos dos setores primário e terciário e do rendimento médio do emprego formal causaram a diminuição desse indicador de 46 para 41. Apesar do leve acréscimo no valor adicionado fiscal e no consumo de energia elétrica residencial, essa dimensão perdeu importantes posições no *ranking* estadual.

### Longevidade: mortalidade infantil apresenta redução importante

Motuca ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 66<sup>a</sup>  
2000 – 107<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

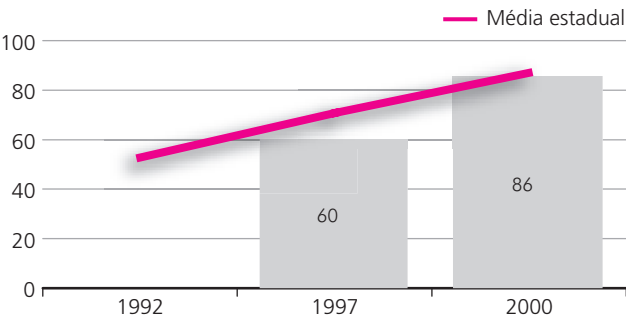
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 18,1 para 11,0;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 15,4 para 19,1;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 0,8 para 0,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) aumentou de 34,6 para 38,3.

Embora o comportamento registrado na taxa de mortalidade infantil tenha sido positivo, os da mortalidade perinatal e de idosos foram desfavoráveis. Isto implicou a estabilidade do indicador de riqueza e a perda de posição no *ranking*.

Escolaridade: avanços na conclusão nos ensinos fundamental e médio

Motuca ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 416ª  
2000 – 219ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 46,0% para 80,5%;
- aumentou de 12,5% para 38,5% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 95,2% para 99,1% e o daquelas entre 15 e 24 anos oscilou de 94,6% para 94,3%;
- a participação do poder público municipal na oferta de ensino fundamental aumentou de 43,3% para 44,7%.

Os melhores resultados foram obtidos no ensino fundamental e na quase inexistência do analfabetismo entre as pessoas de 10 a 14 anos, o que explica a elevação desse indicador e o importante avanço no *ranking* de escolaridade.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	3.866
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	16,66
Número de Domicílios Particulares Permanentes	682
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	100,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	100,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	10,2
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,69

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A classificação de Motuca no Grupo 3 foi mantida devido ao crescimento das proporções de conclusão do ensino fundamental, do alto grau de alfabetização entre as pessoas de 10 a 14 anos e das baixas taxas de mortalidade infantil e de adultos. Na dimensão riqueza, o comportamento foi modesto, tendo havido, inclusive, redução do rendimento médio do trabalho formal.

Ranking 2000

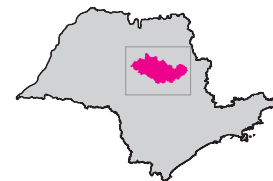
303ª Riqueza

107ª Longevidade

219ª Escolaridade

## NOVA EUROPA

Nova Europa manteve-se no Grupo 3, dos municípios que apresentam bons níveis de longevidade e escolaridade e baixos níveis de riqueza. O município melhorou significativamente no quesito escolaridade e, em menor proporção, em longevidade.

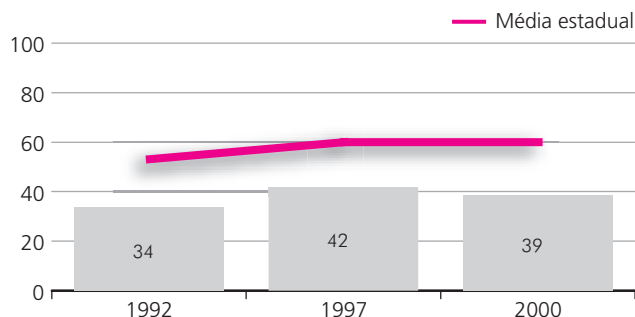


### Riqueza: redução no rendimento médio e no valor adicionado

Nova Europa ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 273<sup>a</sup>

2000 – 330<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 6,8 MW para 7,3 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial variou de 2,0 MW para 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 562 para R\$ 410;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 3.761 para R\$ 3.448.

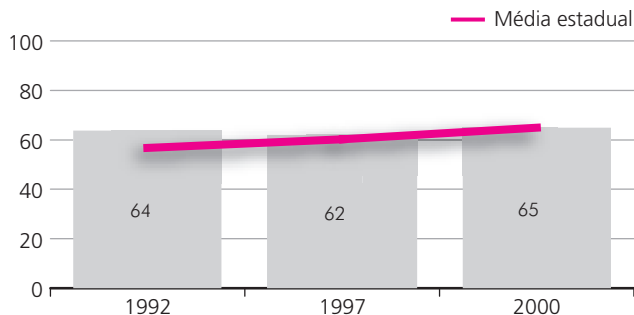
A redução em quase todas as variáveis econômicas implicou a diminuição desse indicador de 42 para 39, valor bem abaixo da média regional (50), e a conseqüente perda de posições na classificação.

### Longevidade: pequena redução na mortalidade infantil e perinatal

Nova Europa ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 373<sup>a</sup>

2000 – 382<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 16,3 para 15,2;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) caiu de 23,6 para 20,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 2,0 para 1,5;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) aumentou de 41,8 para 45,9.

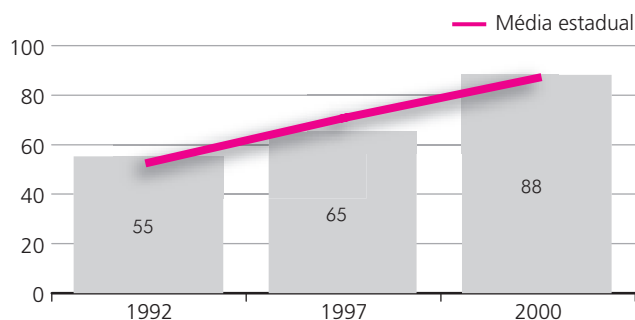
Os pequenos decréscimos registrados em quase todas as taxas de mortalidade contribuíram para o leve aumento da pontuação nessa dimensão, que passou de 62 para 65. Porém, o ritmo relativamente lento desse progresso não foi suficiente para melhorar sua posição no *ranking*.

## Escolaridade: aumentam as taxas de conclusão nos ensinos fundamental e médio

Nova Europa ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 294<sup>a</sup>

2000 – 176<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 45,1% para 68,6%;
- aumentou de 18,4% para 43,9% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 94,7% para 100,0% e o daquelas entre 15 a 24 anos oscilou de 96,6% para 93,8%;
- a participação do ensino fundamental municipal na oferta de ensino público oscilou de 47,6% para 45,2%.

Os avanços mais significativos foram obtidos na cobertura dos ensinos fundamental e médio, o que explica a elevação desse indicador de 65 para 88, número ainda abaixo da média regional (89), mas suficiente para melhorar a classificação de Nova Europa.

## Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	7.286
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	45,82
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.793
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,7
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,7
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	7,7
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,69

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

## Síntese

A manutenção de Nova Europa no Grupo 3 deveu-se ao crescimento da cobertura dos ensinos fundamental e médio, refletido no desempenho positivo do indicador de escolaridade. Também houve alguns progressos na longevidade, mas em riqueza, o comportamento foi declinante.

### Ranking 2000

**330<sup>o</sup>**  
Riqueza

**382<sup>o</sup>**  
Longevidade

**176<sup>o</sup>**  
Escolaridade

## PORTO FERREIRA

Porto Ferreira manteve-se no Grupo 1, com os municípios com altos níveis de riqueza e de longevidade e/ou escolaridade. O município apresentou melhora significativa na escolaridade e em longevidade. O desempenho na dimensão riqueza foi modesto, mas positivo, no período 1997-2000.

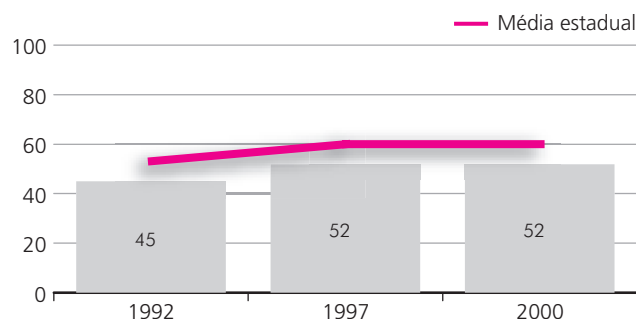


### Riqueza: cresce o valor adicionado *per capita*

Porto Ferreira ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 108<sup>a</sup>

2000 – 96<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 19,3 MW para 23,1 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial manteve-se em torno de 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 483 para R\$ 475;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 3.846 para R\$ 4.273.

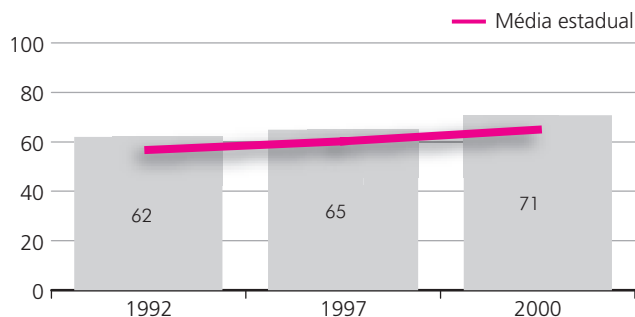
O desempenho modesto observado nas variáveis econômicas implicou a manutenção desse indicador em 52, número que o posiciona acima da média regional (50), ganhando posições no *ranking* dessa dimensão.

### Longevidade: importante redução na mortalidade infantil

Porto Ferreira ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 258<sup>a</sup>

2000 – 192<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

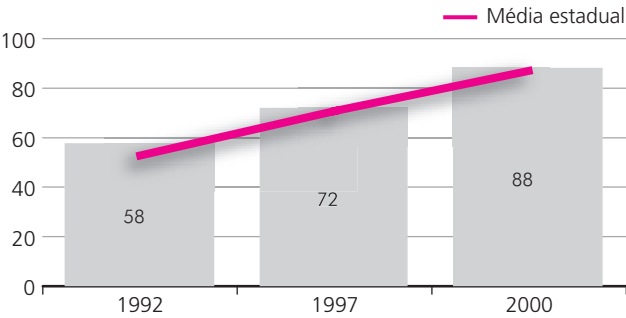
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 17,2 para 9,9;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 18,8 para 14,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) manteve-se em 1,9;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) variou de 40,6 para 40,2.

O comportamento registrado na taxa de mortalidade infantil contribuiu para a elevação da pontuação nessa dimensão, que passou de 65 para 71, superando a média regional de 70 e contribuindo para seu avanço no *ranking*.

Escolaridade: aumenta percentual de conclusão nos ensinos fundamental e médio

Porto Ferreira ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 151ª  
2000 – 185ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 50,9% para 70,7%;
- aumentou de 27,7% para 42,7% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 93,9% para 94,9% e o daquelas entre 15 a 24 anos passou de 96,3% para 96,4%;
- a participação do poder público municipal na oferta de ensino fundamental aumentou de 58,5% para 59,2%.

Os maiores avanços foram obtidos na cobertura dos ensinos fundamental e médio, o que explica a elevação desse indicador de 72 para 88. Porém, o comportamento das demais variáveis não foi suficiente para garantir o avanço no *ranking*.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	47.343
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	192,45
Número de Domicílios Particulares Permanentes	12.740
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	95,7
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,6
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	11,7
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,75

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Na última tomada do IPRS, a classificação de Porto Ferreira no Grupo 1 refletiu o crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio e os avanços obtidos na taxas de mortalidade infantil e perinatal. Na dimensão riqueza, o comportamento foi favorável, sobretudo pelo crescimento das variáveis associadas ao nível de atividade setorial.

Ranking 2000

96º  
Riqueza  
192º  
Longevidade  
185º  
Escolaridade

## RIBEIRÃO BONITO

Ribeirão Bonito passou do Grupo 4 para o Grupo 3 do IPRS, entre 1997 e 2000. Esse grupo reúne os municípios com bons níveis de longevidade e escolaridade e baixos níveis de riqueza. Foram registrados avanços no quesito escolaridade e, em menor proporção, no de longevidade e comportamento desfavorável na dimensão riqueza.

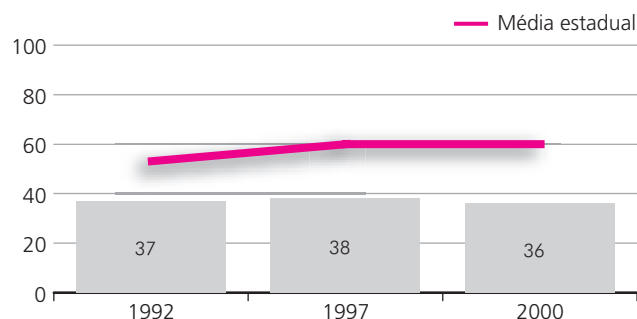


### Riqueza: queda do rendimento médio

Ribeirão Bonito ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 373<sup>a</sup>

2000 – 424<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços decresceu de 7,2 MW para 6,5 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial manteve-se em 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 388 para R\$ 330;
- o valor adicionado *per capita* diminuiu de R\$ 2.004 para R\$ 1.887.

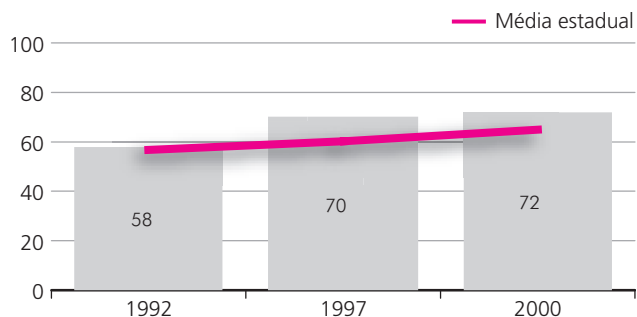
O comportamento desfavorável das variáveis econômicas implicou a diminuição desse indicador em Ribeirão Bonito de 38 para 36 – número que coloca o município abaixo da média regional (50).

### Longevidade: mortalidade infantil apresenta redução importante

Ribeirão Bonito ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 137<sup>a</sup>

2000 – 154<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 15,8 para 9,6;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 18,7 para 20,4;
- a taxa de mortalidade entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 0,9 para 0,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) aumentou de 39,6 para 42,1.

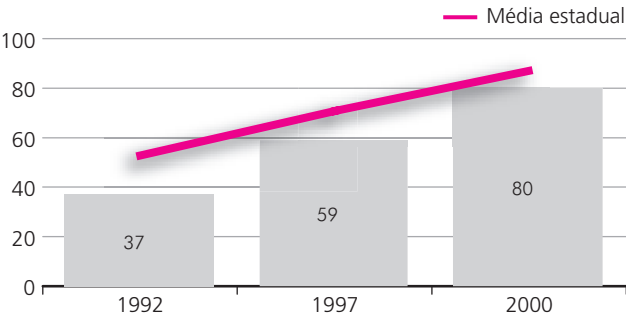
A diminuição da taxa de mortalidade infantil contribuiu para o pequeno aumento da pontuação nessa dimensão, que só não foi maior porque registraram-se elevações na mortalidade perinatal e na de idosos.



Escolaridade: cresce a taxa de conclusão no ensino fundamental

Ribeirão Bonito ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 437ª  
2000 – 365ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 42,0% para 61,5%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído aumentou de 21,1% para 33,9%;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 91,6% para 96,4% e o daquelas entre 15 a 24 anos oscilou de 93,4% para 95,4%;
- a participação do poder público municipal na oferta de ensino fundamental aumentou de 53,3% para 54,3%.

Os avanços nessa dimensão foram generalizados, o que explica o expressivo aumento do indicador e a melhora na classificação do município.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	11.237
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	23,81
Número de Domicílios Particulares Permanentes	2.789
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	96,1
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,9
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,2
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	11,5
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,68

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

A classificação de Ribeirão Bonito no Grupo 3 refletiu o crescimento das proporções de conclusão dos ensinos fundamental e médio, com destaque também para a boa participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública e os avanços obtidos na taxa de mortalidade infantil. Na dimensão riqueza, Ribeirão Bonito apresentou pequeno declínio, com ênfase na redução do rendimento médio do trabalho formal.

Ranking 2000

424º  
Riqueza

154º  
Longevidade

365º  
Escolaridade

## RINCÃO

Na última edição do IPRS, Rincão manteve-se no Grupo 4. Esse grupo reúne os municípios com baixos níveis de riqueza municipal e níveis intermediários de longevidade e escolaridade. Embora seus indicadores das três dimensões do IPRS tenham se elevado, seu ritmo não foi suficiente para melhorar sua classificação.

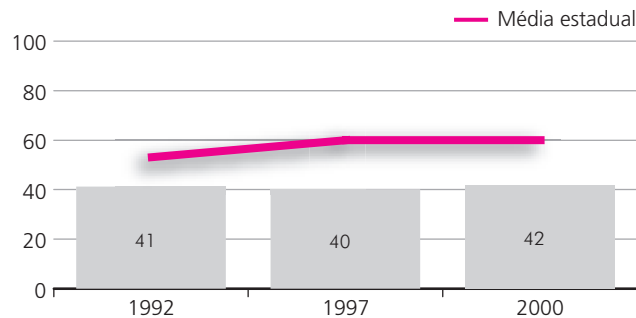


### Riqueza: diminui o valor adicionado fiscal

Rincão ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 316<sup>a</sup>

2000 – 256<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 13,8 MW para 17,9 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial manteve-se estabilizado em 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 311 para R\$ 342;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 3.091 para R\$ 2.351.

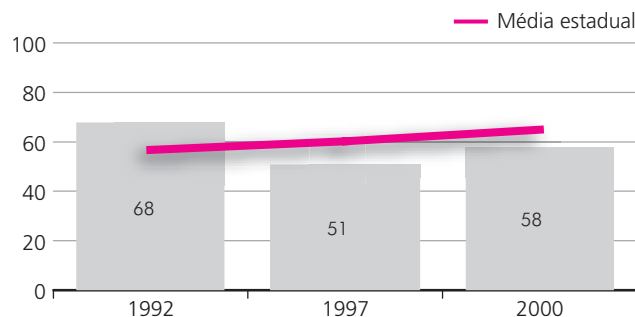
O comportamento observado nas variáveis econômicas implicou pequeno acréscimo desse indicador em Rincão – de 40 para 42 –, que lhe garantiu ganhar posições no *ranking* de riqueza.

### Longevidade: mortalidade apresenta pequena redução

Rincão ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 583<sup>a</sup>

2000 – 523<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

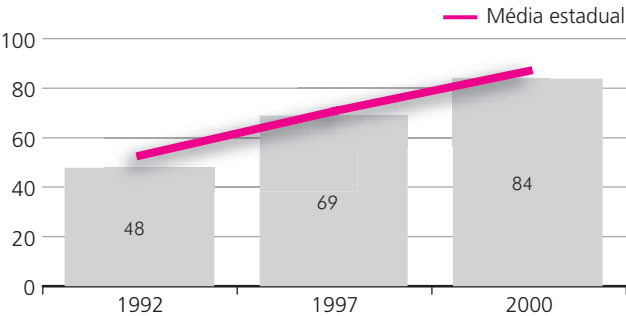
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 27,7 para 24,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 21,4 para 22,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) decresceu de 2,6 para 1,4;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 57,7 para 49,3.

O comportamento favorável registrado nas taxas de mortalidade contribuiu para o aumento da pontuação nessa dimensão, mas seus patamares ainda são muito elevados frente às médias regional e estadual.

Escolaridade: cresce a taxa de conclusão nos ensinos fundamental e médio

Rincão ocupou as seguintes posições no ranking de escolaridade:

1997 – 209ª  
2000 – 259ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de jovens entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 49,2% para 71,2%;
  - aumentou de 23,0% para 37,6% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio completo;
  - a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 95,0% para 93,5% e a daquelas entre 15 e 24 anos oscilou de 96,7% para 96,3%;
  - a participação da rede municipal na oferta de ensino fundamental público diminuiu de 42,3% para 41,9%.
- Houve avanços significativos na cobertura dos ensinos fundamental e médio, mas as taxas de alfabetização não aumentaram.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	10.330
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	36,89
Número de Domicílios Particulares Permanentes	2.230
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	100,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,5
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	13,1
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,75

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Na última tomada do IPRS, a classificação de Rincão no Grupo 4 refletiu a modesta intensidade dos progressos registrados nas três dimensões do índice.

Ranking 2000

256º  
Riqueza

523º  
Longevidade

259º  
Escolaridade

## SANTA ERNESTINA

Santa Ernestina classificou-se, nas três edições do IPRS, no Grupo 4, que reúne os municípios com baixo nível de riqueza e nível intermediário de escolaridade ou longevidade. Em 2000, sua permanência nesse grupo deveu-se à queda na classificação de longevidade, contrabalançada pelo comportamento positivo na dimensão escolaridade.

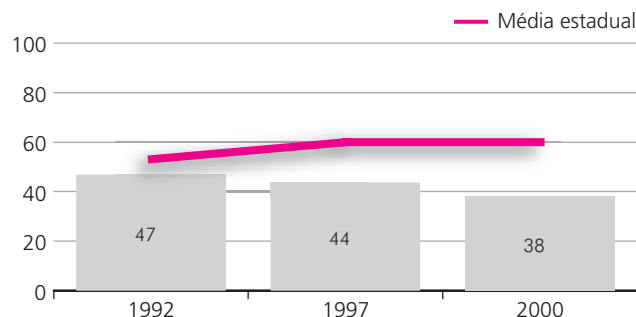


### Riqueza: redução significativa no rendimento médio do emprego formal

Santa Ernestina ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 239<sup>a</sup>

2000 – 373<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços decresceu de 12,0 MW para 11,8 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial manteve-se em 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal reduziu-se de R\$ 475 para R\$ 295;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 2.301 para R\$ 1.807.

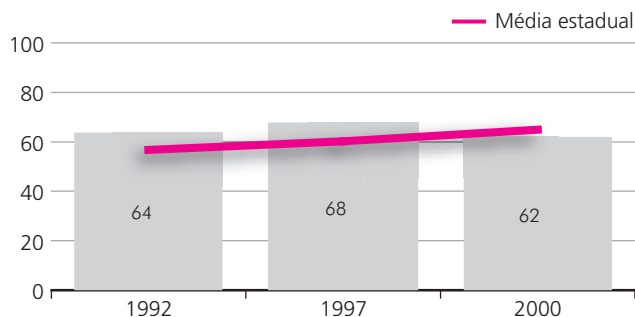
Os resultados mostram decréscimo em quase todas as variáveis, sendo que o maior ocorreu no rendimento médio do emprego formal, contribuindo para a diminuição do indicador riqueza (de 44 para 38). Com isso, o município ficou ainda mais distante da média regional (50).

### Longevidade: crescem as taxas de mortalidade infantil e perinatal

Santa Ernestina ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 183<sup>a</sup>

2000 – 448<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 15,5 para 22,7;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 20,5 para 28,0;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 1,4 para 1,5;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 36,5 para 31,8.

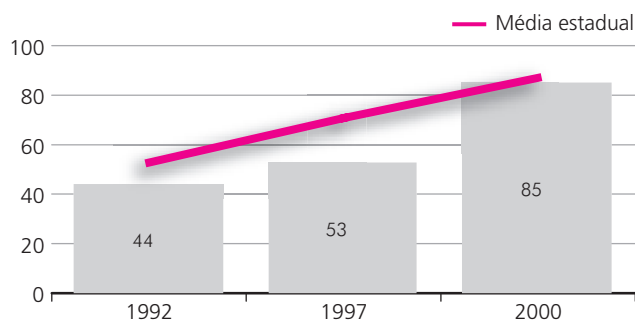
Apenas a taxa de mortalidade dos maiores de 60 anos diminuiu, enquanto as demais aumentaram, principalmente as de mortalidade infantil e perinatal, o que resultou na queda do indicador dessa dimensão (de 68 para 62). Vale ressaltar que a população do município é pequena e, portanto, sujeita a maiores variações.

## Escolaridade: diminui o analfabetismo entre os jovens

Santa Ernestina ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 547<sup>a</sup>

2000 – 244<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de jovens entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 46,9% para 63,1%;
- aumentou de 16,5% para 39,3% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio completo;
- a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 92,6% para 98,5% e a daquelas entre 15 e 24 anos oscilou de 89,1% para 97,0%;
- a participação da rede municipal na oferta de ensino público fundamental permanece inexistente.

Os resultados mostram grandes progressos nessa dimensão, principalmente na diminuição do analfabetismo entre os jovens, em que o município superou os níveis médios regionais e estaduais.

## Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	5.739
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	42,20
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.198
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	100,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	100,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,6
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	12,6
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,73

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

## Síntese

As dimensões riqueza e longevidade apresentaram retração em seus indicadores, principalmente em função da queda no rendimento médio do emprego formal e do acréscimo nas taxas de mortalidade infantil e perinatal. Em escolaridade, houve grandes progressos, principalmente quanto à redução do analfabetismo entre os jovens, fazendo com que esse agregado passasse a ser classificado como de nível médio.

### Ranking 2000

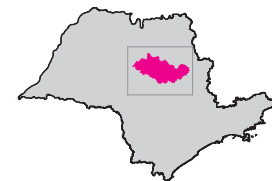
**373<sup>o</sup>**  
Riqueza

**448<sup>o</sup>**  
Longevidade

**244<sup>o</sup>**  
Escolaridade

## SANTA LUCIA

Na última edição do IPRS, Santa Lucia manteve-se no Grupo 3. Esse grupo reúne os municípios com baixos níveis de riqueza e bons níveis de longevidade e escolaridade. Ocorreram avanços nos quesitos escolaridade e longevidade e redução no indicador de riqueza.

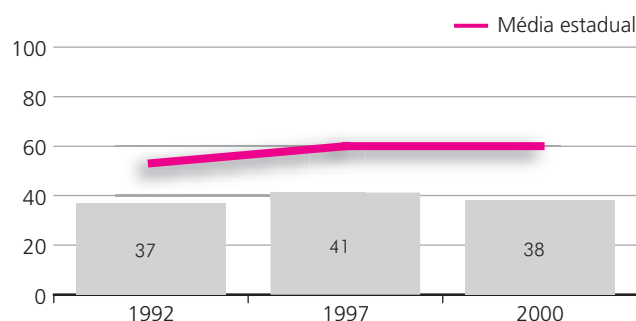


### Riqueza: diminui o rendimento médio do emprego formal

Santa Lucia ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 296<sup>a</sup>

2000 – 374<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços, por ligação, oscilou de 9,3 MW para 9,1 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial, por ligação, variou de 2,1 MW para 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 441 para R\$ 320;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 1.662 para R\$ 2.299.

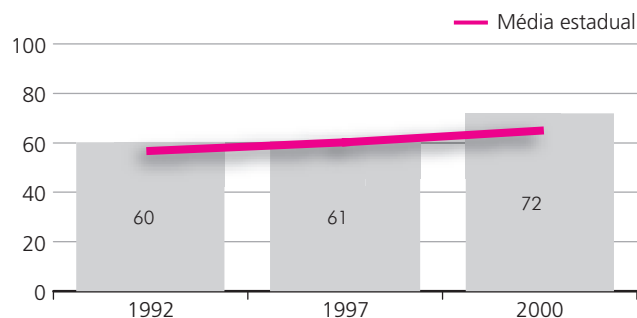
O crescimento do valor adicionado não foi suficiente para compensar o decréscimo nas demais variáveis, implicando a diminuição desse indicador em Santa Lucia (de 41 para 38), valor abaixo da média regional (50).

### Longevidade: redução importante das mortalidades infantil e perinatal

Santa Lucia ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 388<sup>a</sup>

2000 – 136<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

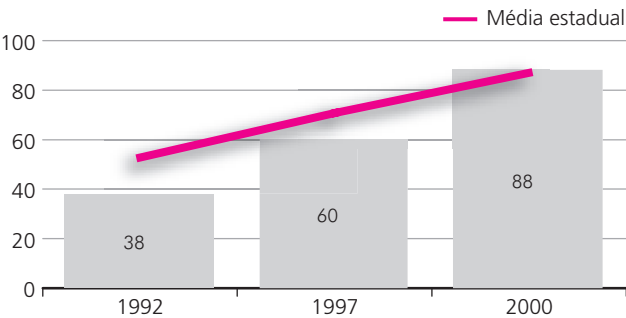
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 22,7 para 13,0;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) reduziu-se de 23,4 para 14,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 1,4 para 1,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 42,2 para 38,3.

O comportamento favorável registrado em todas as taxas de mortalidade contribuiu para a elevação do indicador nessa dimensão, que passou de 61 para 72, colocando o município acima da média regional (70).

Escolaridade: aumento da taxa de conclusão dos ensinos fundamental e médio

Santa Lucia ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 431<sup>a</sup>  
2000 – 180<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de jovens entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 44,9% para 75,2%;
- aumentou de 15,1% para 42,2% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio completo;
- a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 93,4% para 95,4% e a daquelas entre 15 e 24 anos oscilou de 94,2% para 96,5%;
- a participação da rede municipal na oferta de ensino fundamental público oscilou de 47,4% para 47,3%.

Santa Lucia apresentou bons resultados em todas as componentes do indicador de escolaridade, com destaque para o aumento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	7.837
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	46,37
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.840
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	100,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	100,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,6
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	14,1
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,73

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Na última tomada do IPRS, Santa Lucia apresentou redução no indicador de riqueza e bom desempenho nas dimensões longevidade e escolaridade, com a redução das taxas de mortalidade e o aumento das taxas de conclusão nos ensinos fundamental e médio.

Ranking 2000

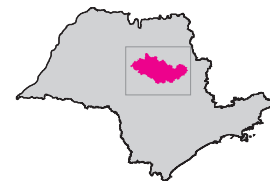
374<sup>o</sup>  
Riqueza

136<sup>o</sup>  
Longevidade

180<sup>o</sup>  
Escolaridade

## SANTA RITA DO PASSA QUATRO

Na última edição do IPRS, Santa Rita do Passa Quatro manteve-se no Grupo 3. Esse grupo reúne os municípios com bons níveis de longevidade e escolaridade e baixos níveis de riqueza. Foram observados avanços no quesito escolaridade e no de longevidade. Na dimensão riqueza, o comportamento foi desfavorável.

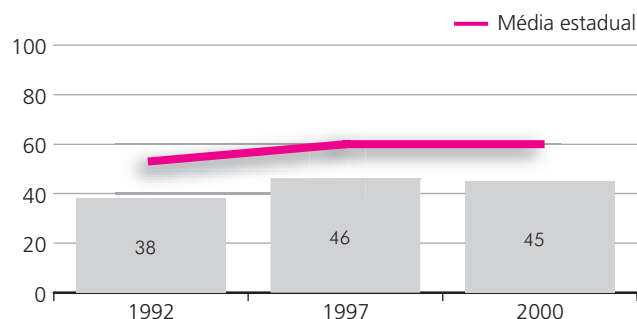


### Riqueza: queda do valor adicionado *per capita*

Santa Rita do Passa Quatro ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 198<sup>a</sup>

2000 – 214<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 2,9 MW para 9,4 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial variou de 1,7 MW para 2,2 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 344 para R\$ 454;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 3.364 para R\$ 2.190.

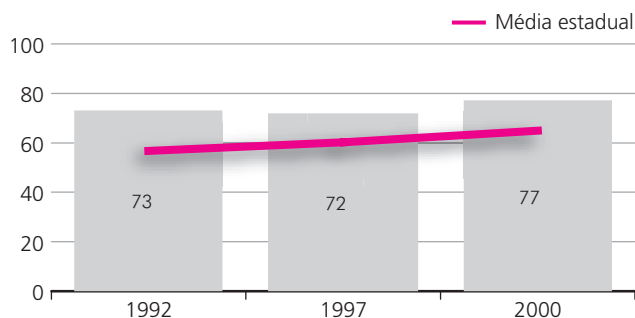
O comportamento registrado no valor adicionado implicou a diminuição desse indicador em Santa Rita do Passa Quatro – de 46 para 45 –, ficando abaixo da média regional (50).

### Longevidade: importante redução da mortalidade infantil

Santa Rita do Passa Quatro ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 97<sup>a</sup>

2000 – 54<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 8,4 para 5,9;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) decresceu de 11,1 para 10,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 2,0 para 1,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 43,5 para 36,9.

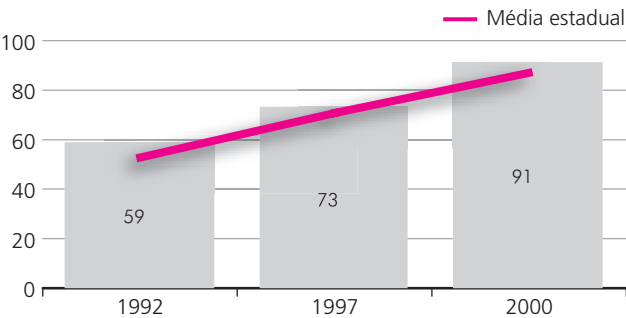
Os baixos valores registrados nas taxas de mortalidade infantil e perinatal contribuíram para o aumento da pontuação nessa dimensão, que passou de 72 para 77, colocando o município acima das médias regional (70) e estadual (65).



Escolaridade: aumento da cobertura dos ensinos fundamental e médio

Santa Rita do Passa Quatro ocupou as seguintes posições no ranking de escolaridade:

1997 – 115ª  
2000 – 108ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de jovens entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 53,1% para 71,8%;
- aumentou de 31,3% para 52,5% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio completo;
- a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 91,6% para 93,3% e a daquelas entre 15 e 24 anos oscilou de 96,8% para 97,1%;
- a participação da rede municipal na oferta de ensino fundamental público variou de 49,9% para 50,9%.

Os avanços mais significativos foram obtidos nos ensinos fundamental e médio, o que explica a elevação desse indicador – de 73 para 91 –, colocando o município acima das médias regional (89) e estadual (87).

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	26.118
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	35,39
Número de Domicílios Particulares Permanentes	6.725
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,6
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	4,5
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,67

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Na última tomada do IPRS, a classificação de Santa Rita do Passa Quatro no Grupo 3 refletiu o crescimento da taxa de conclusão dos ensinos fundamental e médio e os avanços obtidos na mortalidade infantil e perinatal. Na dimensão riqueza, o comportamento foi modesto, ocorrendo, inclusive, redução do valor adicionado *per capita*.

**Ranking 2000**

**214º**  
Riqueza

**54º**  
Longevidade

**108º**  
Escolaridade

## SÃO CARLOS

Na última edição do IPRS, São Carlos manteve-se no Grupo 1. Esse grupo reúne os municípios com os melhores indicadores socioeconômicos. Foram observados avanços na dimensão escolaridade e em longevidade, mas comportamento desfavorável na dimensão riqueza.

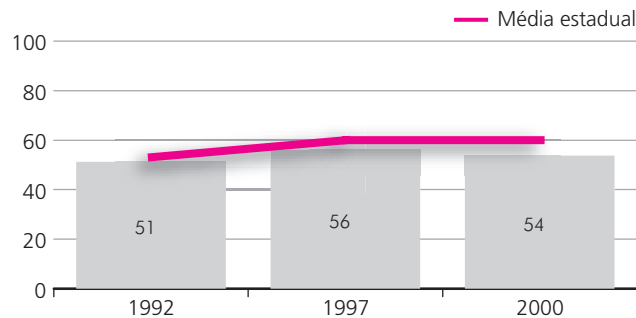


### Riqueza: queda do rendimento médio e do valor adicionado

São Carlos ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 69<sup>a</sup>

2000 – 75<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 12,0 MW para 13,4 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial manteve-se estabilizado em 2,5 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 706 para R\$ 623;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 5.237 para R\$ 5.040.

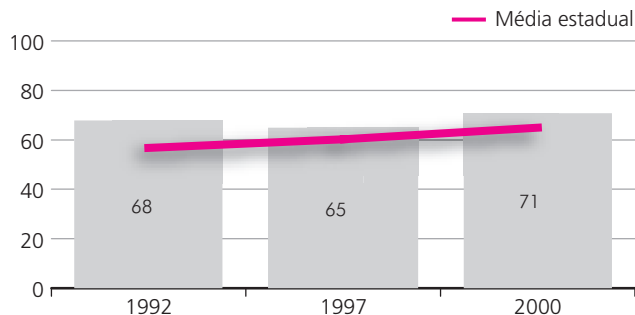
O comportamento desfavorável de algumas variáveis econômicas ocasionou a redução desse indicador em São Carlos – de 56 para 54 –, permanecendo, mesmo assim, acima da média regional (50). Destaca-se o aumento do consumo de energia elétrica nos setores primário e terciário.

### Longevidade: redução em todas as taxas de mortalidade

São Carlos ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 262<sup>a</sup>

2000 – 168<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

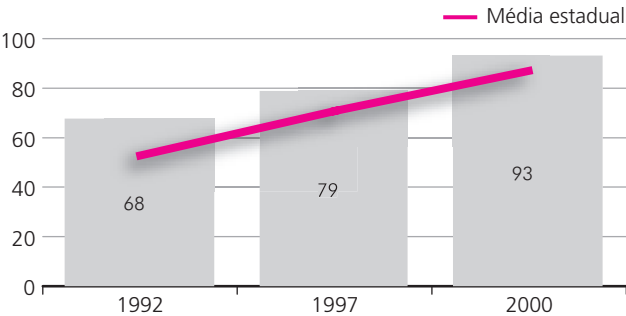
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 13,4 para 10,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) decresceu de 18,0 para 14,1;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 2,1 para 1,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 44,1 para 40,2.

A queda registrada em todas as taxas de mortalidade contribuiu para o aumento da pontuação nessa dimensão, que passou de 65 para 71, colocando o município em melhor posição no *ranking*.

Escolaridade: aumento da taxa de conclusão nos ensinos médio e fundamental

São Carlos ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 46ª  
2000 – 51ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de jovens entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 58,6% para 73,8%;
- aumentou de 33,8% para 50,4% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio completo;
- a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 95,1% para 97,0% e a daquelas entre 15 e 24 anos oscilou de 97,4% para 97,5%;
- a participação do ensino fundamental municipal na oferta de ensino público aumentou de 16,0% para 17,2%.

Os avanços mais significativos foram obtidos na cobertura dos ensinos fundamental e médio, o que explica a elevação desse indicador – de 79 para 93 –, ficando acima da média regional (89). Entretanto, a intensidade de seus progressos não foi suficiente para melhorar a posição do município no *ranking*.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	192.639
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	170,18
Número de Domicílios Particulares Permanentes	52.898
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,5
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,6
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,7
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	11,4
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,76

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Na última tomada do IPRS, a classificação de São Carlos no Grupo 1 refletiu o crescimento das proporções de conclusão dos ensinos fundamental e médio e os avanços obtidos nas taxas de mortalidade. A pequena queda verificada na dimensão riqueza foi causada pela redução do rendimento médio do trabalho formal e do valor adicionado fiscal *per capita*.

Ranking 2000

75º Riqueza

168º Longevidade

51º Escolaridade

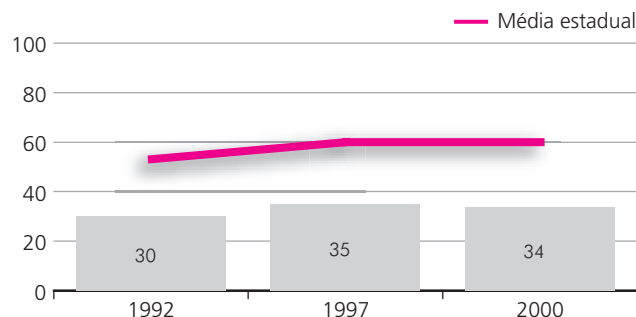
## TABATINGA

Na última edição do IPRS, Tabatinga manteve-se no Grupo 4. Esse grupo reúne os municípios com baixos níveis de riqueza municipal e níveis intermediários de longevidade e escolaridade. Foram observados avanços no quesito escolaridade e, em menor proporção, no de longevidade. O comportamento na dimensão riqueza foi desfavorável.



### Riqueza: redução do rendimento médio e do valor adicionado

Tabatinga ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 422<sup>a</sup>  
2000 – 471<sup>a</sup>



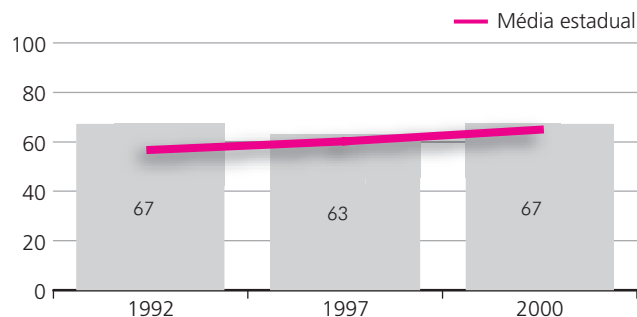
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços cresceu de 5,3 MW para 5,8 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial manteve-se estabilizado em 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 369 para R\$ 305;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 2.125 para R\$ 1.762.

O comportamento desfavorável da maioria das variáveis econômicas implicou a diminuição desse indicador em Tabatinga – de 35 para 34 –, ficando abaixo da média regional (50).

### Longevidade: mortalidade infantil apresenta redução importante

Tabatinga ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 343<sup>a</sup>  
2000 – 336<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

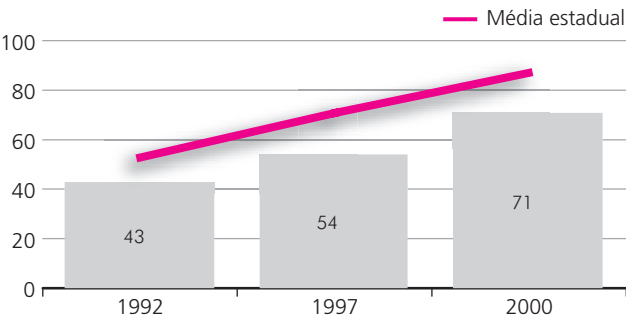
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 25,8 para 14,1;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 17,0 para 18,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) manteve-se estabilizada em 1,4;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) variou de 46,9 para 46,6.

O comportamento favorável registrado na taxa de mortalidade infantil contribuiu para o aumento da pontuação nessa dimensão, que passou de 63 para 67, e fazendo o município avançar no ranking.

Escolaridade: cresce a taxa de conclusão nos ensinos fundamental e médio

Tabatinga ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 525<sup>a</sup>  
2000 – 558<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de jovens entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 34,3% para 49,0%;
- aumentou de 16,1% para 27,3% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio completo;
- a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 92,1% para 94,6% e a daquelas entre 15 e 24 anos oscilou de 94,8% para 97,2%;
- a participação da rede municipal na oferta de ensino fundamental público aumentou de 1,5% para 2,4%.

Os avanços mais significativos foram obtidos nos ensinos fundamental e médio, o que explica a elevação desse indicador (de 54 para 71). Destaca-se o percentual de alfabetização entre os jovens de 15 a 24 anos, acima da média regional.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	12.967
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	35,72
Número de Domicílios Particulares Permanentes	2.952
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	94,3
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,5
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,4
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	15,3
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,68

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Na última tomada do IPRS, Tabatinga manteve-se no Grupo 4, apesar do crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio e dos avanços obtidos na taxa de mortalidade infantil. Na dimensão riqueza, o comportamento foi de estagnação com redução do rendimento médio do trabalho formal e do valor adicionado.

Ranking 2000

471<sup>o</sup>  
Riqueza

336<sup>o</sup>  
Longevidade

558<sup>o</sup>  
Escolaridade

## TAQUARITINGA

Na última edição do IPRS, Taquaritinga manteve-se no Grupo 3. Esse grupo reúne os municípios com bons níveis de longevidade e escolaridade e baixos níveis de riqueza municipal. Foram observados avanços no quesito escolaridade e, em menor proporção, no de longevidade, mas comportamento desfavorável na dimensão riqueza.

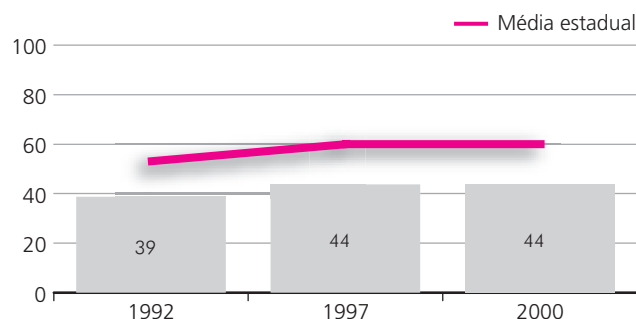


### Riqueza: queda no valor adicionado fiscal

Taquaritinga ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 232<sup>a</sup>

2000 – 216<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços decresceu de 8,7 MW para 9,0 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial manteve-se estabilizado em 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal reduziu-se de R\$ 444 para R\$ 417;
- o valor adicionado *per capita* diminuiu de R\$ 2.124 para R\$ 1.822.

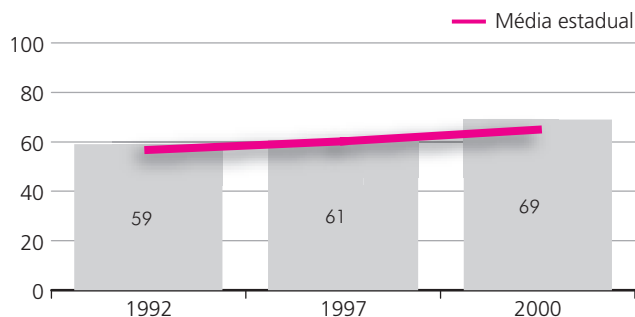
O desempenho do município foi praticamente estável nessa dimensão, com pequeno crescimento nos setores primário e terciário e decréscimo no valor adicionado fiscal.

### Longevidade: mortalidades infantil e perinatal apresentam redução importante

Taquaritinga ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 387<sup>a</sup>

2000 – 231<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

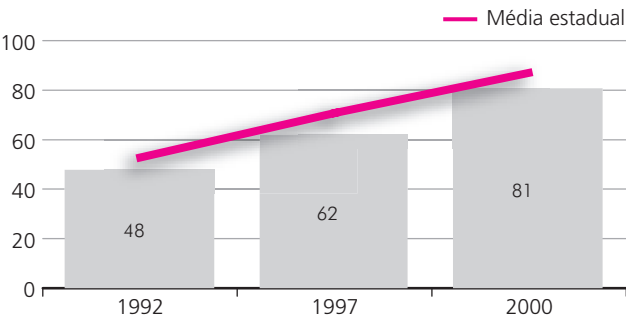
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 18,2 para 13,9;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) decresceu de 23,2 para 18,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 2,0 para 1,5;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 42,8 para 37,6.

O comportamento favorável registrado na taxa de mortalidade infantil, bem como nos demais indicadores, contribuiu para o aumento da pontuação nessa dimensão – de 61 para 69 –, colocando o município muito próximo da média regional (70) e fazendo-o avançar no *ranking*.

Escolaridade: aumento da cobertura dos ensinos fundamental e médio

Taquaritinga ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 373<sup>a</sup>  
2000 – 342<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 43,8% para 62,8%;
- aumentou de 22,5% para 35,3% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio completo;
- a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 92,0% para 96,8% e a daquelas entre 15 e 24 anos oscilou de 94,1% para 95,2%;
- a participação da rede municipal na oferta de ensino fundamental público aumentou de 50,5% para 53,4%.

Houve avanços generalizados, mas os mais significativos foram obtidos na cobertura dos ensinos fundamental e médio observando-se também boa participação do município na oferta do ensino fundamental.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	52.013
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	89,37
Número de Domicílios Particulares Permanentes	13.583
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,8
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,2
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	10,7
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,75

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Na última tomada do IPRS, a classificação de Taquaritinga no Grupo 3 refletiu o crescimento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio e a redução nas taxas de mortalidade infantil e perinatal. A dimensão riqueza registrou estabilidade, ocorrendo pequena redução do rendimento médio do trabalho formal e do valor adicionado *per capita* e leve acréscimo nos setores primário e terciário.

Ranking 2000

216<sup>o</sup>  
Riqueza

231<sup>o</sup>  
Longevidade

342<sup>o</sup>  
Escolaridade

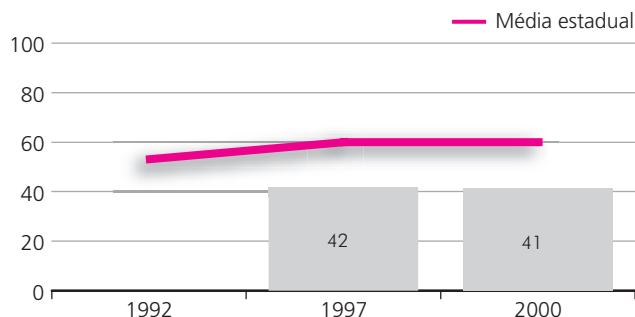
## TRABIJU

Trabiju pertence ao Grupo 5. Esse grupo reúne os municípios com níveis baixos de riqueza municipal, longevidade e escolaridade. Como foi recentemente instalado, suas informações de escolaridade em 1997 foram imputadas.



### Riqueza: diminui o rendimento médio e o valor adicionado

Trabiju ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:  
1997 – 269<sup>a</sup>  
2000 – 297<sup>a</sup>



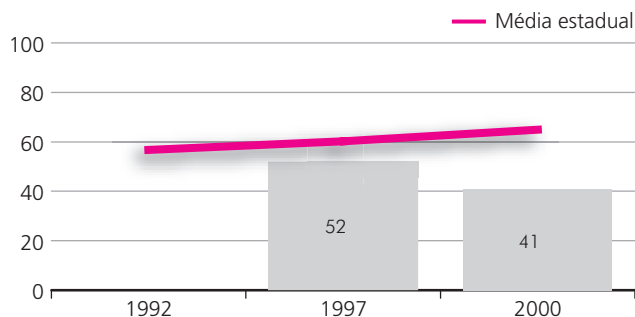
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços decresceu de 22,5 MW para 13,5 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial variou de 1,8 MW para 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal cresceu de R\$ 349 para R\$ 398;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 2.649 para R\$ 2.072.

O comportamento desfavorável dos setores primário e terciário, assim como da queda do valor adicionado fiscal *per capita* implicaram desempenho negativo do indicador, de 42 para 41, número abaixo da média regional (50).

### Longevidade: desempenho negativo da mortalidade infantil e perinatal

Trabiju ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:  
1997 – 561<sup>a</sup>  
2000 – 642<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) cresceu de 34,0 para 46,7;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 31,4 para 55,0;
- a taxa de mortalidade entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 1,8 para 1,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 37,0 para 29,9.

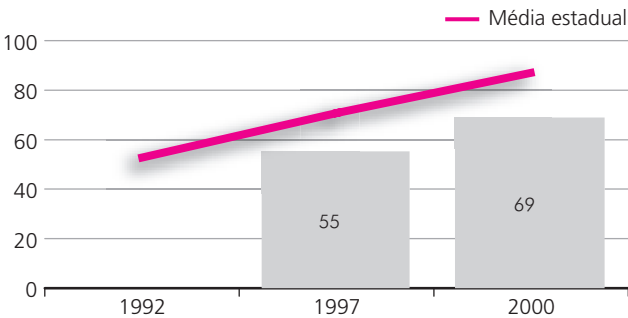
O comportamento desfavorável registrado nas taxas de mortalidade infantil e perinatal contribuiu para o declínio da pontuação nessa dimensão, que passou de 52 para 41, piorando a classificação do município no *ranking* estadual.



Escolaridade: cresce a taxa de conclusão nos ensinos fundamental e médio

Trabiju ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 518<sup>a</sup>  
2000 – 576<sup>a</sup>



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 31,5% para 55,6%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído aumentou de 14,1% para 43,6%;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 91,8% para 80,7% e o daquelas entre 15 a 24 anos oscilou de 94,9% para 93,0%;
- a participação do ensino fundamental municipal na oferta de ensino público manteve-se integral.

O avanço mais significativo foi o obtido no ensino médio; o município conseguiu mais que dobrar o percentual de conclusão, o que explica a elevação desse indicador de 55 para 69, mas ainda insuficiente, pois a média regional é de 89.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	1.380
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	24,21
Número de Domicílios Particulares Permanentes	334
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	95,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	100,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados <sup>1</sup> (em %)	17,3
Indicador de Concentração de Renda <sup>2</sup>	0,93

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.  
(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Trabiju manteve-se no Grupo 5, pois os avanços alcançados nas três dimensões do IPRS, sobretudo no item de escolaridade, com destaque para bons índices de conclusão dos ensinos fundamental e médio, não foram suficientes para melhorar a classificação do município. Recorde-se que as variáveis de longevidade para 1997 foram imputadas.

Ranking 2000

297<sup>o</sup>  
Riqueza

642<sup>o</sup>  
Longevidade

576<sup>o</sup>  
Escolaridade